

JOAQUIM ROMERO
MAGALHÃES

JOÃO
CHAGAS:
A ESCRITA
COMO
ARMA



IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

JOAQUIM ROMERO
MAGALHÃES

JOÃO
CHAGAS:
A ESCRITA
COMO
ARMA

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Concepção Gráfica

António Barros

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

Marisa Quintino

Impressão e Acabamento

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-0733-7

ISBN Digital

978-989-26-0734-4

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0734-4>

Depósito Legal

375137/14

JOAQUIM ROMERO
MAGALHÃES

JOÃO
CHAGAS:
A ESCRITA
COMO
ARMA

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

*O homem é assim:
encontra-se muitas vezes no meio da História
com um kilo de cavacas das Caldas na mão,
tão certo é que a história só não é uma
surpresa para os historiadores.*

João Chagas

*O seu nome [de João Chagas]
está bem impresso no povo republicano,
a quem dedicadamente tem servido,
sofrendo o exílio, a prisão, mil angústias,
em prol da santa causa que todos defendemos.*

Bernardino Machado

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

O <i>ultimatum</i> e o 31 de Janeiro.....	9
A deportação e o exílio	21
A propaganda da revolução	27
A ditadura de João Franco	
e a preparação da revolta.....	37
As <i>Cartas Políticas</i>	47
A imoralidade governativa	
e o final da monarquia	63
Obras de João Chagas.....	75
Bibliografia	77
Notas.....	81

(Página deixada propositadamente em branco)

O *ULTIMATUM* E O 31 DE JANEIRO

João Chagas (Rio de Janeiro, 1863 — Estoril, 1925) poderia ser colocado entre os escritores portugueses críticos da sociedade como Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida ou mesmo o Eça de Queirós das *Farpas*. Assim o considerava Bernardino Machado, tendo escrito em 1907: “É ele o continuador da obra crítica de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, é ele, pela sua pena brilhante o demolidor da velha e decrépita sociedade portuguesa, da qual há-de surgir uma nova, vivificada pela liberdade que a República lhe há-de trazer.”¹ Contudo, ao contrário de Eça, Ramalho ou Fialho, Chagas orientou-se para a luta política e não para a crítica da sociedade – de que deixou ainda espalhados alguns curtos e belos exemplos, sobretudo no livro intitulado *Bom-Humor* (1905). Integrado na corrente democrática apostada em minar a monarquia e fazer a propaganda da República, entre 1890 e 1910, trabalhou aturadamente para que se atingisse a proclamação. Depois do 5 de Outubro outras serão as suas preocupações, como Presidente do Conselho de Ministros (por duas vezes, em 1911

e em 1915) e como Ministro plenipotenciário de Portugal em Paris – de 1911 a 1923 (com duas interrupções, em 1915 e em 1918, quando se recusa a servir as ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais).

Com dezoito anos em 1881, passa pela primeira vez por Paris, logo ficando marcado pela língua e pela cultura francesas – influência que sempre nele se sentirá.² Começou muito jovem na aprendizagem prática da escrita, de uma escrita que para conseguir os efeitos pretendidos tem de ser rápida, directa e elegante. Nascido no Brasil de pai português (amigo que fora do pai de Bernardino Machado³) mas criado em Lisboa e tendo feito alguns estudos na Bélgica, será porém nos jornais do Porto que aos dezoito anos inicia a tarimba de jornalista, assim adestrando como “noticiarista” uma pena a princípio indecisa.⁴ A partir de 1883, em *O Primeiro de Janeiro*, rabisca os *faits-divers* que cabem aos principiantes. Depois em Lisboa trabalhará para o *Correio da Manhã*, *O Dia* e o *Tempo*: “jornalismo sem paixão e sem ambições.”⁵ Tarimba normal no ofício, tendo inclusive acompanhado a visita ao Norte de Suas Majestades em 1887, assinando reportagens que mereceram a atenção e o elogio de José Luciano de Castro.⁶ Porém, as suas paixões e orientações republicanas vão ser despertadas pelo *ultimatum* quando, como recorda, se sentiu “impotente para fazer outra coisa que desse satisfação às minhas cóleras subitamente incendiadas de patriota” e se oferece “com resolução sentimental e heróica de quem se sacrifica, à obra do apóstolado.”⁷ O forte abalo patriótico desencadeado pelo *ultimatum* provoca em Chagas a consciência da necessidade

urgente de proclamação da República. Numa das manifestações de rua então ocorridas, Heliodoro Salgado vê-o “transfigurado”. “O choque eléctrico do *ultimatum* fizera dele um outro homem [diferente do que fora conhecido como um *blagueur*, um *farceur*]. Aquilo foi para ele a visão de Damasco. Alucinado, segurou-me pelo braço, perguntando-me com a voz trémula e os olhos chamejantes: — Então, diante d’isto, o que faz esse partido republicano?... — O que quer que ele faça?... — O que quero?... O mesmo que quer toda a gente que tem alma: a revolução!”⁸ Escolhia a militância republicana – e revolucionária – que brotava imperativa do furor sentido contra a Casa de Bragança “incorrigível e relapsa nos mesmos erros”, pois continuava a trair o País, mostrando-se incapaz de defender a honra de Portugal da ganância da imperial Inglaterra de Lord Salisbury.

Em Fevereiro João Chagas em cartas aos jornais declara-se desligado dos partidos monárquicos: “Não me convindo continuar a colaborar em jornais da imprensa monárquica, nos quais, aliás, tenho tido apenas colaboração literária, peço a v... me julgue desde hoje desligado da redacção d’essa folha.”⁹ Como confidenciou a um amigo ao abandonar o trabalho no *Tempo*, “está resolvido, vou para a República: é o único futuro que vejo diante de mim.”¹⁰ A este primeiro passo de recusa ostensiva do regime outros se seguiriam.¹¹ Como jornalista se destaca então no jornal *Republica*, do Porto, onde aproveita para dizer mal “d’esses recipientes de hipocrisia que se chamam os jornais portugueses.” Bem integrado no meio local nortenho, chegado a Dionísio Ferreira dos Santos Silva, industrial, e a Guedes d’Oliveira,

fotógrafo e autor de jocosas gazetilhas (fotogazetilheiro, se diz o próprio).¹² Para poucos meses depois, e ainda no Porto, fundar *A Republica Portuguesa*, folha de combate que juntou excelentes colaboradores. Chagas figurava como redactor principal – e nesse periódico publicavam escritores republicanos, em especial Sampaio Bruno. Publicação iniciada em 1 de Setembro de 1890. O destino desse jornal era “dizer a verdade, arrancar as máscaras, dissipar as abusões, espancar os falsos e indevidos respeitos às coisas e às pessoas, às tradições e às fórmulas.” Militância jornalística republicana que se afirma, pois, sempre no rescaldo da agitação patriótica provocada pelo *ultimatum* inglês. “A obra d’este jornal será inteiramente e desassombradamente revolucionária. Tanto vale dizer que será um jornal de combate e dirá tudo o que for mister.” Fá-lo-ia “a despeito da vontade pessoal do rei; [...] a despeito da tirania dos governos; [...] a despeito do ódio e da antipatia dos homens e dos partidos que exploram o país.” Aí “ousou proferir incitações francas, abertas, de revolta e destruição.”¹³ Ao jornal Chagas atribui depois um papel de dinamizador de revolucionários, devido apenas ao “simples poder da palavra, a um endiabrado espírito de combate, a um entusiasmo louco que deveria naturalmente comunicar-se, à eloquência de uma propaganda tão intrépida como persuasiva.”¹⁴

Heliodoro Salgado dirá de Chagas “que alimentou o fogo do qual irrompeu o incêndio revolucionário de Janeiro e o seu nome levado por todo o país como um grito de protesto, republicanizou a opinião.”¹⁵ Terá sido? Pela própria exposição de Chagas se vê que *A Republica Portuguesa*

contribuiu a seu modo para espezivar um lume que já lavrava, mas não o terá ateadado. “Os artigos de João Chagas, vibrantes de entusiasmo e de audácia, punham em movimento toda a sentimentalidade patriótica sedenta de desforra; os artigos eruditos de [Sampaio] Bruno, fortaleciam aquela obra dando-lhe por base o raciocínio.” Convinha concluir: “Aquilo não era um jornal: era uma tribuna erguida no alto d’uma barricada.”¹⁶ O ambiente para isso atraía e empurrava — o que decorria da crise do Ultimatum inglês de Janeiro de 1890: era um impulso de sedição que crescia, uma explosão de revolta inelutável. Mesmo que para muitos fosse evidente que se tratava de uma precipitação, de um falhanço anunciado. Mas a exposição pública de João Chagas e do seu jornal funda a sua popularidade, por “interpretar bem o sentimento e o pensamento das multidões. João Chagas foi o Verbo d’essa divindade: o Povo.”¹⁷

Em princípios de Janeiro de 1891 João Chagas fora julgado e preso por um escrito considerado ofensivo saído em *A Republica*, artigo intitulado “Basta!” e em que proclamava que o governo não tinha vergonha – entre outros mimos.¹⁸ Dia 30 de Janeiro, apesar de preso na cadeia da Relação do Porto, João Chagas faz publicar uma prosa anunciadora da revolta: “Estou convencido a sério – porque pertenço ao grande número dos indisciplinados republicanos que querem a República – de que uma revolução se fará dentro em breve, a mais nobre, a mais generosa, a mais simpática de quantas revoluções tem tentado um povo ofendido, em nome da sua dignidade e da sua honra.”¹⁹ Assim foi. Logo no dia seguinte. Não há que duvidar de que

João Chagas estivesse a par do que se passava e tivesse notícia das decisões dos conspiradores. O que não significa que por elas fosse responsável. Mas como afirmou a um amigo, sabia o que se passava e afiançava tratar-se de acção bem preparada – no que bem se enganava.²⁰

Encarcerado, ainda cumpria os dez dias de prisão a que fora sentenciado quando as tropas saíram para a rua. Tropas que se concentraram no Campo da Regeneração donde baixam em parada triunfal pela Rua do Almada para a praça D. Pedro IV; aí, da janela da Câmara Municipal, o Dr. Alves da Veiga proclama a República; logo o actor Miguel Verdial lê a lista dos membros do governo provisório. Sobem os revoltosos a Rua de Santo António em direcção à Batalha – com a intenção de se apoderarem do Quartel-General e do telégrafo – e são alvejados pela Guarda Municipal postada nas escadas da igreja de Santo Ildefonso. Depois a artilharia governamental bombardeia a Câmara Municipal. É a chacina. Em duas horas a revolta estava sufocada: 12 mortos, pelo menos, e dezenas de feridos.²¹ Dos implicados, emigram os que podem ou querem escapar à repressão – para Espanha, França, Inglaterra, Brasil.

Um dos centros da conspiração fora a redacção de *A Republica Portuguesa*, de que muitos dos colaboradores esperavam o desastroso desenlace. “A conspiração deixara de pertencer aos homens que a dirigiam. Era de toda a gente.”²² Sublevação de baixas patentes, sobretudo de sargentos, com apenas um capitão (António do Amaral Leitão), um tenente (Manoel Maria Coelho) e um alferes (Augusto Malheiro). Generais e oficiais superiores que até podem ter

tido a tentação de se pôr ao lado dos insurgentes, afinal não compareceram.²³ Pelo contrário, grande número de sargentos e muitos cabos e soldados estavam implicados, e como que impuseram a revolta. Teria sido uma *sargentada*, desencadeada cedo demais. Da conspiração que se estava a organizar o próprio directório do Partido Republicano Português em Lisboa se distanciava. No Porto ficara o Dr. Alves da Veiga como organizador civil desse vasto movimento que em princípio se pretendia de âmbito nacional. Que no entanto aconteceu apenas no Porto, quando se pretendia um levantamento geral do país. Explosão do todo do País que afinal resultou interrompida e inviabilizada pela sublevação local do 31 de Janeiro. Muito embora houvesse plena consciência de que a tentativa iria falhar – que uma coisa poderia ser a cidade do Porto, outra o restante Portugal. Porém era um sinal importante, um aviso muito preciso de que a monarquia estava em perigo. Como terá dito Sampaio Bruno “Está tudo perdido; mas a monarquia leva um pontapé de que não tornará a restabelecer-se...”²⁴ E João Chagas escreverá, em 1897: “A insurreição de Janeiro foi a consagração da ideia republicana em Portugal. Antes d’ela, a República estava nos livros, depois d’ela, passou para as ruas, para os domicílios, para os lares, para as almas. Dizia o velho Hugo que as ideias precisam da sanção da derrota, e é assim.”²⁵ E pois assim acabou por ser uma acção revolucionária prematura, ocorrida antes de todas as forças que poderiam intervir estarem preparadas e devidamente comandadas. Embora a revolta não tenha perdido o “cunho patriótico e político”, não juntou as condições necessárias para

vencer.²⁶ Tendo a sua recordação desempenhado o papel de estímulo para outras tentativas: “o malogro dos precursores acendeu uma chama de esperança, que não voltou a apagar-se.” Assim verá e expressará com a sua lúcida visão da história Jaime Cortesão.²⁷

A falta de empenhamento do directório do Partido Republicano Português, explica-se porque se viviam tempos de cisão, com Elias Garcia a apoiar o movimento e com Francisco Homem Christo mostrando-se “adversário implacável” dos revoltosos.²⁸ Do mesmo modo a revolta foi apenas militar, sem que nela estivessem implicadas forças populares civis.²⁹ Pior: “O povo, surpreendido, não se armou, e, não podendo auxiliar os insurrectos, serviu-lhes apenas de estorvo.”³⁰ A cidade ficou como que à margem do acontecimento. Poucos dias depois os prisioneiros foram levados para bordo de navios e em Leixões neles julgados por tribunais militares.³¹ O governo temia a concorrência de público para assistir aos julgamentos e tratou de a impedir – embora a imprensa tivesse estado presente e relatasse o que lá se passava.

Pela acusação produzida pelo Promotor de Justiça, João Chagas e outros deveriam “ser considerados como cúmplices, por terem directamente aconselhado, instigado e concurrido para facilitar e preparar a execução, sendo esse conselho, instigação e concurso uma das causas determinantes do crime; mas sem o que ele podia ter sido cometido.” Era quase dar o dito por não dito.³² Mas a condenação estava decidida antecipadamente. Não serviu ao réu que testemunhas dissessem que não reconheciam a matéria da

acusação, e que se tratava “de um jornalista vigoroso e polemista de talento, qualidades reconhecidas por toda a gente,” sem por isso ser revolucionário. Os civis chamados a depor como testemunhas de acusação apenas sabiam que tinha por ideal o governo republicano. Porém os agentes da polícia viam-no acompanhado por oficiais do exército, fazendo propaganda da mudança das instituições, contra o rei e a família real – já então Chagas se revelava mau conspirador, pois “falava publicamente nos cafés.” O advogado defensor prescindiu das testemunhas de defesa.³³ Provavelmente acreditava que estar o réu na prisão bastava para mostrar a impossibilidade de participação na revolta – e eram os revoltosos que deviam ser julgados. Deveria ser o acto de revolta a ser punido, não as opiniões que sobre ele alguns tivessem divulgado. Mas o tribunal estava assanhado contra *A Republica Portugueza* e os que nela colaboravam ou a sustentavam.

São presos patriotas exaltados, que se tinham destacado aquando da explosão do *ultimatum*, entre eles o abade de São Nicolau, Dr. João Pais Pinto, pároco dado como exemplar e colaborador de *A Republica Portugueza*, Eduardo Alfredo de Sousa, repórter e redactor político nesse jornal, Alvarim Pimenta, sócio-gerente da Empresa Literária e Tipográfica onde se imprimia a folha, Felizardo Lima, seu angariador de anúncios (mas sobretudo intelectual republicano radical e militante socialista). Por essa redacção muita gente passava. É acusado também Dionísio Ferreira dos Santos Silva, chapeleiro, director da Companhia Penhorista e sócio da tipografia onde *A Republica Portugueza* se imprimia (e

co-proprietário do jornal com Chagas e Pimenta³⁴). Cidadão interveniente, será perseguido por esta ligação que diz ser apenas de negócio – “especulação mercantil”, e por isso tendo escapado à condenação.³⁵ Havia que alargar a culpa para além dos directamente implicados: Dr. Alves da Veiga, Miguel Verdial, Santos Cardoso, Felizardo Lima, José Pereira de Sampaio (Bruno), Bazilio Telles e alguns mais como o fotógrafo Aurélio Paz dos Reis. João Chagas reconhecerá que sempre aconselhara “a que se fizesse a revolução, o que não quer dizer que instigasse o movimento militar de 31 de Janeiro.” Esse movimento “não foi, como por aí se diz, um erro político, mas um erro de gramática.”³⁶ Mesmo em perigo o seu espírito tinha destas saídas. A falta de consistência da acusação fica evidente, limitando-se à cumplicidade. Mas o réu era um dos mais importantes republicanos que o tribunal militar pudera haver às mãos...³⁷ Não por acaso a tipografia e a redacção de *A Republica Portuguesa* foram invadidas pela polícia destruindo tudo, prendendo alguns dos tipógrafos que ali estavam e fechando as portas do estabelecimento, que ficou guardado.³⁸ A outros, como a Felizardo Lima restava penar na prisão, vingando-se em versos que dedica ao Povo Português revoltando-se “contra o cynico desvergonhamento e insensatez dos que dirigem a barcassa do Estado [].”³⁹ Algumas absolvições houve, mas em baixas patentes ou praças.⁴⁰

João Chagas, que durante o julgamento foi sempre digno,⁴¹ fica condenado em prisão maior celular por espaço de 4 anos e na alternativa em degredo por 6 anos para

África,⁴² apesar de não ter participado na revolta — pois como, se estava preso?⁴³ “Esta sentença indignou toda a gente.”⁴⁴ O primo e amigo Conselheiro Manuel Pinheiro Chagas, monárquico destacado, que já fora ministro da Coroa, procura convencê-lo de que se poderia conseguir a revisão do processo. Lopo Vaz, político governamental, publica mesmo uma carta ao jornal *Illustrado*, em que afirma *houvera engano* na sentença — o que só revela a antecipação da pena ao julgamento. O que, profetizou Fialho d’Almeida, viria a glorificar o jornalista: “porque se antes da revolta o redactor da *Republica Portuguesa* era um simples alvanelo do trono, depois da carta do snr. Lopo Vaz ei-lo sagrado cabecilha de revindictas futuras, muito próximas.”⁴⁵ João Chagas, não apelou da iníqua decisão judicial por uma questão de dignidade. Queria mostrar que em Portugal “se pune sem mercê homens de bem, do mesmo passo que se deixa impunes vulgares ladrões de cofres públicos.”⁴⁶ E lá o levam a caminho de África, a penar o castigo que o poder monárquico lhe impunha. Não seria preciso muito mais para radicar nele a revolta e a militância política que apontava (e conduzia) para a queda do regime. A passagem pelo sofrimento do cárcere em Luanda servirá como poderoso alimento para a sua oposição à dinastia e ao que ela representava.

(Página deixada propositadamente em branco)

A DEPORTAÇÃO E O EXÍLIO

Segue-se o degredo em Angola. Por pouco tempo cumprirá então a pena, porque tenta e consegue evadir-se para o Congo Francês. Daí passa a Bordéus, e finalmente, a Paris. “Ah! meus amigos! Como certas horas da vida são boas de viver e como elas ficam no nosso passado a soar sempre com o mesmo som festivo!” Aí já se encontravam exilados Sampaio Bruno e Alves da Veiga, aí vêm ter Miguel Verdial e o capitão Leitão depois de fuga também aventurosa de Angola. Porém, será sentida a crueldade do exílio: “Quando se perde o direito à pátria, como que se fica sem domicílio. Proscrever, é condenar o homem a uma espécie de vagabundagem moral.”⁴⁷ Essa bela hospitalidade, por oito meses, não lhe foi bastante. Porque “em Paris não se ouve latejar o pequenino coração de Portugal.”⁴⁸ Por isso a decisão do regresso clandestino, em Março de 1892. E ao Porto: “O Porto foi sempre para mim a minha primeira hora de liberdade. E como esquecê-lo! Ali me encontrei pela primeira vez livre e ali mordi pela primeira vez com os meus dentes ávidos os frutos da vida. Mais tarde, ali formei

o meu espírito e o familiarizei com as belas coisas que haviam de orientá-lo depois.”⁴⁹

Todavia, o perigo crescia no Porto, e Madrid pareceu asilo mais seguro. Porém não se revelou assim – e seguiu-se o retorno a Paris: “Por Paris trocam-se todas as pátrias, mesmo as mais amadas.”⁵⁰ Onde não vai ficar muito tempo, que os recursos lhe faltam. Embora dirigindo de longe um novo jornal do Porto, *A Portuguesa* (o espaço em branco substitui a *Republica* que fora suprimida). E vai regressar outra vez ao Porto, outra vez clandestino. Na clandestinidade dirigindo o jornal. Por dias — até ser outra vez preso e outra vez deportado, em Setembro de 1892. Segunda deportação, também para Angola, desta feita cumprida no presídio de S. Miguel, em Luanda. Sempre a escrever – e agora será o *Diario de um condenado politico*. Uma amnistia libertá-lo-á em 1893.⁵¹ “Os maus bocados passaram. Voltei, voltei cheio de febres e, logo que pude, entrei imediatamente na fileira, como um soldado que andou em expedição e se apresenta ao serviço.”⁵²

No tempo de provações africanas escreve aquele livro a que dá o título de *Diario de um condenado politico* – que em rigor não o é. Como explica em 1894, da intenção de fazer um texto íntimo, memorial, passou a “uma obra de combate, estridente e pública.” Já beneficiando da concisão e da elegância que caracterizam o seu estilo. A partir das repetições com que consegue efeitos seguros de expressividade. “Dizer – *não!* à tirania, dizer não! à força, dizer – não! ao poder, dizer – não! ao sólio, dizer – não! ao altar, é grandioso e comovente. Diz-se não! e tem-se um ataque

de nervos, como depois de um duelo com o raio. Dizer – não! a este homem, isto é dizer – não! a este número; dizer – não! a este funcionário, isto é, dizer – não! a esta libré; dizer – não! a este crânio, isto é, dizer – não! a esta calva, é tranquilizador e saudável. Diz-se – não! e tem-se um ataque de riso, depois do que se vai fumar um charuto. Eu assim fiz.”⁵³ Também passará a usar com muita frequência do jogo de opostos: “Eu não sei o que haja de mais deplorável no meu país – se a ignorância das massas analfabetas, se a educação das massas inteligentes. Quase todos os homens educados com quem trato, me parecem d’uma irritante estupidez. Em compensação entendo-me melhor com os homens incultos. Estes, não sabendo ler, têm a inteligência virgem das infâmias e das asneiras que formam a atmosfera intelectual dos portugueses.”⁵⁴ Jogo argumentativo em que se vai treinando para com ele ficar. Que depois usará, como que espontaneamente.

Bons efeitos sabe já tirar dos períodos longos; porém marca o ritmo da frase com algumas repetições de palavras ou mesmo de orações começadas de igual modo: “Entretanto, o tenente do estado-maior de infantaria do exército de Portugal, Manoel Maria Coelho, que não é dispensado de nenhuma d’essas formalidades, que não pode deixar de comparecer no Depósito geral dos degredados, que não sai à rua sem uma licença e uma caução, que tem finalmente uma matrícula, um número, uma companhia, um uniforme e um lugar entre dois criminosos – esse oficial distinto, esse homem de bem foi há pouco mandado recolher ao presídio por não se ter apresentado n’um certo dia do mês, perante

o capitão comandante da fortaleza de S. Miguel, isto é, perante uma autoridade que, hierárquica e moralmente, lhe é inferior: porque é uma antiga praça do exército de Portugal e porque é um homem maculado por antigos processos criminais.”⁵⁵

As penas aplicadas aos revoltosos do 31 de Janeiro de 1891 – e aos que simplesmente estavam a favor deles, como foi o caso de João Chagas –, nomeadamente a deportação para os presídios africanos – vão instilando uma forte determinação contra a monarquia. O sentimento – e talvez mesmo ressentimento – de exclusão vai fazendo o seu caminho. “Espero com confiança pelo dia próximo em que Portugal arruinado, invadido, desgraçado, nos faça finalmente justiça, mas enquanto espero, revolvo no meu coração uma surda cólera – cólera que já não é paixão e se transforma em ideal: uma sede de justiça, insofrida como a sede d’água, por mim e por todos os que sofrem a violência d’este inconcebível despotismo.”⁵⁶ Embora em João Chagas esse ressentimento e o propósito de uma vindicta sobre os monárquicos não se tenha depois mostrado. Será maldoso, contra os seus correligionários, nas questões da guerra e do post-guerra, que explodem no *Diário* que foi escrevendo durante a guerra de 1914-1918 e que saiu postumamente.⁵⁷ Mas aí já era o Chagas diplomata, presidente do ministério que fora e depois do atentado em que a sua vida perigara. Além de que o *Diário* não se destinava a ser publicado.⁵⁸

Do sofrimento na deportação Chagas vai tirar o proveito possível. “Com os seus dislates, o governo de 31 de Janeiro

e os que lhe têm sucedido, transformaram a minha obscura personalidade de jornalista na evidente e popular figura de um demolidor. Por outras palavras: promoveram-me. Jornalista, fizeram de mim um revolucionário. Revolucionário, fizeram de mim um conspirador, e d'estes dois avatares tem saído pouco a pouco esse jovem alvanelo que dá pelo meu nome, mas que na realidade não sou eu." Passava a ter uma missão. Pelo menos assim sentia. De intervir. Como o *Diario de um condemnado politico* a páginas tantas passa a ser um panfleto. Que o autor classifica então de "péssima obra literária, como são todos os panfletos, em que há a paixão de quem escreve com um palito e o facciosismo que molha o palito em fel."⁵⁹

Em Chagas todavia o amargo desse combate sempre é veiculado em elegante prosa, que de certo modo amacia a agressividade do escrito. Sem lhe retirar vigor. Tão mais difícil, quanto "o panfleto é o ambiente. Sem o ambiente permanece muitas vezes ininteligível, exagerado, disparatado, absurdo."⁶⁰ "Se para ser um bom escritor é necessário viver a vida de um modo excepcional, poucos, como ele [João Chagas], terão tido, [...], uma escola mais dura e de maiores ensinamentos."⁶¹ Mas o autor nunca, mesmo nas terríveis privações a que o submeteram, nunca perde a sua correção. Não é um jornalista de cacete, não avança ao coice e à dentada.⁶² E a sua situação profissional não lhe seria então muito favorável. Talvez tenha mesmo tentado instalar-se no Rio de Janeiro – onde nascera. Por lá esteve dois meses, por Setembro de 1895, dando-se como meio-turista. Sem demora, porém.

Regressado a Portugal, João Chagas retoma o seu ofício de jornalista. E de literato. Deve ter escrito por então um imenso romance, *O crime da sociedade*, de “palpitante actualidade”, publicado com bastante cuidado gráfico pela Libânio & Cunha, em 1897.⁶³ Como dirá Luís Derouet, deve ser tido como um “jornalista *doublé* de homem de letras.”⁶⁴ Todavia, o resultado artístico-literário dessas mais de mil e trezentas páginas de ficção não deve ter sido encorajador. O género não se mostrava como a melhor das formas de exprimir o seu talento e a sua perícia de escritor. Do mesmo ano, e pelo contrário de uma rara qualidade estilística é *De Bond. Alguns aspectos da civilização brasileira*.⁶⁵ Excelente e encantador testemunho dessa passagem pelo desconhecido Rio de Janeiro natal, sobre a vida na cidade – com inteligentes excursos sobre emigração e emigrantes reveladores de atento e inteligente observador. Serão os últimos ensaios de formas de expressão escrita que abandonará: não mais romances, tampouco impressões de viagem. Doravante vai virar-se para a intervenção política. Com empenho determinado e sem deixar folgas que possam aproveitar ao adversário.

A PROPAGANDA DA REVOLUÇÃO

A partir de então embrenha-se também decididamente no trabalho do Partido Republicano. No legal e no clandestino. Empenho num combate em que se procurava não dar tréguas ao regime agonizante. No reorganizar do Partido que se apresentava como um “descosido farrapo.”⁶⁶ Utilizando todas as aberturas para um combate incessante – inclusive concorrendo à câmara baixa do Parlamento. Nunca chegou a ser eleito deputado, mas foi candidato duas vezes por Setúbal e uma vez por Santarém. Não deixando de assinalar com ironia que o seu caso era atípico: “Fazer política no exílio, no degredo e nas prisões sai fora das normas. É demasiado fantasista. Tem realmente um aspecto boémio, se considerarmos que o itinerário das carreiras políticas em Portugal começa em Coimbra e acaba em S. Bento, passando pela Arcada. Este é o verdadeiro percurso.” Chagas e alguns outros semelhavam, em política, uma espécie de carros que se deslocavam por fora dos carris.⁶⁷

As suas prosas vão aparecendo em vários jornais. Porque era essa a via que tinha para procurar fazer passar e

expandir a propaganda política. E assim funda *A Marselheza*, que se publicará em Lisboa de 1896 a 1898 — onde figurava também o notável caricaturista Leal da Câmara que depois se expatriará. E onde em Janeiro de 1897 se lêem alguns editoriais com a indicação de terem sido escritos na cadeia do Limoeiro — uma vez mais preso, sairá por amnistia decretada por novo governo, desta feita do partido progressista. Naturalmente que o encarceramento fora o resultado de ofensas ao poder pelas invectivas ao sistema parlamentar viciado dito jocosamente *Solar dos Barrigas*⁶⁸ — e pela denúncia desse *mar de lama* onde se destacava o tráfico de empregos públicos a que sequer escapavam as nomeações para cargos eclesiásticos.⁶⁹ E o jornal, que era “um clarim estridente” a tocar os republicanos a reunir, soçobrou financeiramente.⁷⁰ Para mais, a polícia assalta a redação e a tipografia do jornal.

Mesmo assim perseguido teve papel destacado na reorganização do partido republicano, até porque o seu escritório de trabalho servia para reuniões clandestinas de centros da organização política — com destaque neles para a pessoa de João Chagas. Sempre envolvido nos trabalhos do partido, sempre a tomar iniciativas ou a servir como dirigente. Muitas vezes, como foi o caso, bem às claras — demasiadamente.⁷¹ Como seria de esperar a sobrevivência dos jornais de oposição era difícil neste período. Como bem se percebe, “porque o meu jornal não era preciso, porque não estava no espírito público, porque não estava no ambiente. Alguns anos antes, em 91, teria tido um êxito maravilhoso. No momento de acalmação e paz podre em que veio, estava des-

tinado a ficar sem eco, como ficou.” Porque “não são os jornais que fazem o público, mas o público que faz os jornais.”⁷² Lúcida compreensão do que era a propaganda e a divulgação de ideias. E a necessidade de um ambiente intelectual favorável ou pelo menos expectante.

Seguiu-se a *A Lanterna* de 1898 a 1899 (num só dia sobre ela cairão onze querelas!⁷³). Colaborará também em *O Primeiro de Janeiro* e na *Parodia* (onde se junta com Rafael Bordalo Pinheiro e assina João Rimanso) e dirigirá *O Paiz*. Ainda, em 1898, é a abalada para Espanha – em tempo de atrapalhações – onde permanecerá. Encontrava-se “absolutamente sem recursos.” Fugiu também a “uma alcaiteia de processos de imprensa” – a que tinha que responder como director de *O Paiz* – e por lá ficou dois anos, entre Badajoz e Madrid.⁷⁴ É também a fase mais difícil do Partido Republicano Português, em que parecem tornar-se mais longínquas as esperanças de se conseguir o fim da monarquia. Vivia-se o refluxo da explosão revolucionária, era a recessão no avanço para a República. Com Chagas sempre escrevendo, e apurando o seu estilo, em especial tornando a ironia mais bem aplicada e eficaz. Usando menos do sarcasmo com que antes flagelava os titulares do poder.

Neste intervalo aproveita para publicar em fascículos, em colaboração com o ex-tenente Manuel Maria Coelho a *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (Depoimento de dois cúmplices)*. Tornava-se necessário desfazer mentiras e calúnias que a imprensa monárquica bol-sava sobre os revoltosos. E ao mesmo tempo consagrar esse movimento revolucionário, “ainda não compreendido, senão

no seu puro e generoso intuito, no seu vasto e profundo alcance.”⁷⁵ Aí se estampa o manifesto dos exilados, que Sampaio Bruno redigiu. E que é uma peça importante no apuramento e exposição das ideias republicanas.

Em 1905 saem *Homens e Factos: 1902-1904*, reunindo prosas antes saídas em jornais. Por alguma razão desconhecida não surgem livros seus de combate político nestes anos de aparente pousio. Em que não deixa de criticar o Partido Republicano, embora dele se não desligue.⁷⁶ Em 1906 ainda publica *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, revelador do seu gosto artístico e sem instalar a política em lugar central.⁷⁷ Aos outros livros desse ano chamou-lhes *Posta-restante (Cartas a toda a gente) e As minhas razões*. Continua, e com toda a energia, a sua actividade política. Com regularidade depois, nos anos de 1906 a 1910 João Chagas dedica-se à propaganda republicana, escrevendo os seus artigos de combate. São escritos que muitas vezes aparecem primeiro em jornais mas que o autor se não dispensa de juntar em volume. Assim procurando prolongar-lhe os efeitos. Efeitos que são sempre dissolventes na tentativa de empurrar a monarquia para a sua queda. Nestas recolhas também não é sempre que o panfletário, o agitador se mostra na plenitude. São por vezes pequenos *sueños* contendo descrições de bizarras e de acontecimentos que o autor comenta. De leve, como diria um outro republicano também notável propagandista (Brito Camacho). Com uma ou outra arremetida política, uma ou outra exploração do mau viver do País com a monarquia. E sobretudo a denúncia de culpas que o regime ia acumulando. Mas ainda

muito longe de uma ostensiva militância republicana. João Chagas era então, em linguagem humorística, dito por muitos *Cronista-mor do Reino*.⁷⁸ Embora já surjam algumas afirmações que preconizam o que estava para vir. “A ideia fundamental do sistema político foi viciada. Das duas soberanias contratantes [no liberalismo], a do rei e a do povo, nenhuma prevalece. Governam os governos, isto é, uma oligarquia.”⁷⁹

Há no autor uma aprendizagem que vai sendo feita nestes anos e em que a prosa adquire ductilidade e eficácia, em grande parte por proximidade com o estilo de Eça de Queirós. Que não copia, mas de que é um dos discípulos – o maior deles.⁸⁰ Eça que seria sempre dito o “precioso artista”, que Chagas considera fundamental: “Uma sociedade que não se apodera sofregamente de semelhante escritor, está desquitada das belas letras.”⁸¹ Talvez nele buscando as lições possíveis da técnica e da estética da ironia. Ao romancista dedica várias páginas de apreciações literárias: se nele aprecia o crítico, mais ainda parece admirar o estilista – “em luta com uma língua arcaica e verbosa, conseguiu discipliná-la e reduzi-la às formas esmeradamente artísticas de uma língua expressiva.”⁸² Chega a considerar Eça – com quem se terá episodicamente cruzado em 1889, em Lisboa (talvez na redacção do *Tempo*, jornal de Carlos Valbom, um dos Vencidos da Vida).⁸³ Desde logo considerado como “um génio literário”, “génio eminentemente moderno.”⁸⁴ E a sua influência fica patente, embora não deixe de ser reelaborada pela própria personalidade do autor, e pelo objecto político escolhido. Por isso, Acácios, Patrocínios, Basílios,

Amaros, Reinaldos, Palmas Cavalões, Teodoros, Fradiques, & C.^a surgem nas prosas de Chagas. Até a propósito da crise académica: “A Faculdade de Direito tem sido o ginásio destas mediocridades. O doutor Margaride cursou a Faculdade de Direito; o Gouvarinho lá esteve, e Pacheco, o sempre pranteado conselheiro Pacheco, é o seu filho dilecto.”⁸⁵ A *Os Maias* vai buscar, no jantar oferecido ao banqueiro Cohen, parte da explicação para o 31 de Janeiro. Tão bem conhecia a obra de Eça que chega ao ponto de criar um Fradique Filho, a quem endereça uma das *Cartas Políticas*, em Março de 1909.⁸⁶

Para Eça precisamente remete Luís da Câmara Reys: “Pode-se afirmar com verdade ser em Portugal o único discípulo de Eça de Queirós que não vergou os ombros sob a herança terrivelmente pesada do mestre. Tem na linguagem aquela destreza maravilhosa, aquela expressiva, sóbria e inigualável maneira de desenhar um tipo, pintar uma paisagem e mover uma multidão, que o autor da *Relíquia* possuía e prodigamente espalhou em todas as suas páginas.” Mais: “Tem a *visão*, tem espírito e, brincando e rindo, sabe em cinquenta linhas manejar, ridicularizar, amolgar habilmente um grave personagem oficial, um sério problema, um caso importante, e no fim concluir com vigor em meia dúzia de frases incisivas.”⁸⁷

Como Eça – que de algum modo se pode dizer ter escolhido como seu modelo – Chagas é um afrancesado, ou alguém que “sofre” de francesismo. Foi notado, e o próprio não o negaria. É ele que confessa a leitura diária do *Matin*. Graças “ao *Matin*, vejo o mundo inteiro.”⁸⁸

E os tempos de exílio em França também naturalmente contaram. Conhecia a própria Espanha por intermédio da literatura francesa.⁸⁹ Os exemplos, as citações, os próprios processos são inspirados (quem sabe se alguma vez copiados) dos modelos franceses. Em francês redigia mesmo alguns textos, confessa.⁹⁰ A própria prosa se terá desenvolvido sob influência do jornalismo e da literatura francesas. Victor Hugo (de que traduziu *Nossa Senhora de Paris*, em 1887), como ainda pôs em Português *A martyr*, de Adolphe d'Ennery.⁹¹ Bons treinos para exercitar e melhorar o conhecimento íntimo da língua – porque o exercício de tradução exige mais do que o domínio do idioma em que se encontra o original.

Stendhal, Balzac, Zola, Flaubert, Maupassant, Lemaître, Anatole France, e muitos outros autores franceses maiores e menores aparecem nos escritos de Chagas. Lidos ou apenas folheados? Não dá para saber, porque a sua livraria leiloadada em 1927 consistia num conjunto escolhido, com especial relevo para obras de estrangeiros sobre Portugal (ou traduções de autores portugueses). Porém não apenas o Francês: não lhe seriam estranhos o Inglês e o Italiano. Mas o meio e o ambiente cultural em que se encontrava embebido era, naturalmente, afrancesado. Em especial com veneração por Henri Rochefort, o genial panfletário e formidável demolidor da *Lanterne*, do tempo dos ataques a Napoleão III – considerado “um ídolo para os franceses dessa época.”⁹² Não por acaso a publicação que dirige em Lisboa em 1898-1899 se chamou *A Lanterna*. E com a política francesa se mostrava bem familiarizado. Como muitos são os exemplos de acontecimentos revolucionários invo-

cados. Pela França manterá uma forte admiração que permanecerá mesmo quando exercer o cargo diplomático de legado do governo português em Paris. As publicações *Vida Litteraria (Ideas e Sensações)* e *Homens e Factos: 1902-1904*, tratam sobretudo de temas que interessavam a leitores afrancesados. São colectâneas de textos, aproveitando prosas saídas em jornais. Livros em que se pode ler um certo desencanto pela impossibilidade de transformar a vida portuguesa pela arte. “A sociedade portuguesa não se salvará nunca pela literatura, ou pela arte, que estão tão decadentes como a mesma política, à qual se atribui a sua perda.”⁹³

Desses como que ainda exercícios estilísticos vai Chagas avançar por uma via diferente a partir de 1907, quando faz sair *João Franco. 1906-1907* e logo de seguida *1908. Subsídios criticos para a historia da dictadura*.⁹⁴ Nestas obras o panfletário já se expõe, o comentador propagandista da República já se encontra instalado. Embora em *João Franco. 1906-1907* ainda o autor previna que não se trata de obra de “um escritor político empenhado em contribuir com o seu esforço pessoal para derrubar um governo.”⁹⁵

Ler-se-iam apenas comentários mais ou menos risonhos. Porque, ainda e sobretudo, será o humor a principal arma de que se serve. Mesmo para criticar figuras da realeza. Placidamente: “Não pretendemos por nenhum modo diminuir a importância das faculdades que concorrem na pessoa do sr. infante D. Afonso, mas é notório que o seu carácter, a sua inteligência, a sua educação e os seus hábitos o inclinam muito mais para o governo dos automóveis do que para o governo dos povos e tudo nos leva a crer que se o

acaso tivesse feito d'ele um rei, o reino correria tanto risco como os seus automóveis.”⁹⁶ Graça risonha dedicada ao príncipe conhecido pelo “Arreda”, grito com que procurava desviar os peões das trajectórias pouco prudentes dos automóveis que conduzia. E assim amacia a aspereza da crítica: e assim fica gorado o panfleto. Mas não fica imune o efeito de propaganda contra a monarquia, em que o nascimento determinava a ocupação do trono e não o mérito. Por simpáticas que fossem as pessoas, não era isso que as fazia instalar nos lugares de superioridade em que se encontravam.

(Página deixada propositadamente em branco)

A DITADURA DE JOÃO FRANCO E A PREPARAÇÃO DA REVOLTA

Porém, a situação política vai mudar, tornar-se mais conflitual com as manobras autoritárias do rei e de João Franco (ou de João Franco e do rei). Que comprometeram a monarquia. Em especial, a partir da revelação dos adiantamentos à casa real assumida no Parlamento pelo próprio Presidente do Conselho. Este o ingente obstáculo. “Era até aqui vulgar o dizer-se que a casa de Bragança fazia dos cofres públicos o seu cofre. Sempre a oposição acusou o Paço de improbidade. O que nunca sucedeu, e veio a suceder com o seu chefe, foi o proclamar-se esta afinal tremenda verdade, pela boca do governo. Levantada a questão dos adiantamentos, a monarquia ficou exposta não já a todas as suspeitas mas a todas as afrontas. Desconceituou-se, desonrou-se, perdeu-se.”⁹⁷

Terá depois a ditadura sido provocada pela necessidade mal amanhã de branquear o efeito dessa revelação? Não é impossível, e os republicanos insistirão neste motivo – bom para a propaganda. Mas se assim foi, João Franco não

conseguiu o efeito pretendido. E precisamente a partir de Agosto de 1907, quando o governo em ditadura publica o decreto que aumenta a lista civil do rei e pretende regular a questão dos adiantamentos, Chagas declara a viragem na vida nacional: não é ainda a república, mas já não é a monarquia. “Para a monarquia soou hoje uma badalada trágica. Já ela tinha perdido o direito à solidariedade política dos cidadãos. Depois do decreto de hoje, perdeu o direito à sua solidariedade moral. Era o que lhe faltava perder, para perder tudo. Os princípios muitas vezes caem, mas ficam os homens. Depois do decreto de hoje, nem princípios, nem homens. Tudo em terra!”⁹⁸ E neste aspecto *moral* se vão demorar os propagandistas. O que terá tido bom, seguro efeito.

Sobre João Franco e o seu governo – primeiro dizendo-se contra os rotativos, depois em defesa cerrada da monarquia e perseguição aos republicanos – não convinha manter qualquer ilusão. Embora de início Chagas pareça ter acreditado nas declarações liberais de João Franco e do seu apregoador arrependimento pela ditadura de 1893-1894. Mas depressa adverte que se trata de um inimigo que é preciso abater, e sem perda de tempo – ter-se-á apercebido que em alguns aspectos procurava caçar no terreno dos republicanos. A forma escolhida por Chagas para escrever *João Franco. 1906-1907* foi a de cartas. Cartas a várias pessoas, inclusive ao rei. A carta literária é como que uma proposta de diálogo, mas em que só se ouve um dos imaginários interlocutores. Aparenta uma proximidade e por vezes uma como que cumplicidade que serve na perfeição a denúncia de situações

pouco claras.⁹⁹ Experimentou esse género e gostou. Percebeu que o resultado obtido era bom. E vai retomar esta forma depois nas *Cartas Políticas*. Que serão mais do que isso, e bem mais do que a forma experimentada.¹⁰⁰

Depois de *João Franco. 1906-1907* logo de seguida vem *1908. Subsídios críticos para a história da ditadura*. Em que procura fazer o processo do político e contribuir para derrubar o ditador. Usando a velha justificação da legitimidade da luta contra a tirania. “Nós éramos cidadãos oprimidos. Eles eram tiranos, e contra a tirania não é apenas lícito: é obrigatório pegar em armas. [...A tirania] Era o rei e era o regímen constituído. Por isso, quando nos propusemos combater a tirania em Portugal, propusemo-nos depor o rei e o regímen.”¹⁰¹ Com a certeza de que isso ia acontecer.

São os textos memorialistas e panfletários de João Chagas, saídos a partir de 1907 prosas do mais extremado optimismo. Na Pátria que espera redimida pela República. Optimismo que sempre manterá – até 1910.¹⁰² De alguém convicto de que consegue dinamizar as forças de protesto por meio da sua escrita: “*Sursum corda!* Esta obra destina-se a levantar as almas. Convém dizer tudo. Tudo. O que há de cruel e o que há de vergonhoso. Ao contrário do que se poderia esperar d’estas folhas volantes, eu não desejaria que elas levassem veneno, mas sangue. Adiante...” Levantar as almas: optimismo acreditando que a República pode substituir o regime monárquico apodrecido. Por isso, porque luta com as armas de que dispõe certo de que vai vencer, é inimigo moral do pessimismo.¹⁰³ *Escritor de com-*

bate, ele próprio se dizia, que contra o desânimo e a desistência sempre se revelava pronto a actuar.¹⁰⁴ E a escrever. Porque Chagas é, não apenas um batalhador pela escrita, mas um homem de acção – um político, como lhe convinha. Por isso abomina o pessimismo desdenhoso de Oliveira Martins que o incomoda: o que o faz dedicar-lhe páginas em que revela total incompreensão pelo seu esforço de compreensão e de explicação de Portugal.¹⁰⁵

Agressividade contra João Franco e contra D. Carlos que vai em crescendo. E Chagas está plenamente empenhado no derrube da monarquia através de um golpe que se preparava para o dia 28 de Janeiro de 1908. Mas por traição ou por desconfiança bem fundamentada, o governo conseguiu frustrá-lo. E é a redada de prisões, em que João Chagas também cai, é a ameaça de deportação ao abrigo dos dispositivos da lei ditatorial de 31 de Janeiro de 1908, adrede aprovada por D. Carlos. Decreto “absolutamente ilegal e odiento.”¹⁰⁶ E é a situação dramática vivida e confessada. Chagas, implicado como dirigente na tentativa revolucionária do 28 de Janeiro, fora mantido preso no quartel da Guarda Municipal nos Paulistas (Calçada do Combro, em Lisboa). Seria um dos que se arriscavam a sofrer a pena de deportação (como constava), se não outro castigo pior. Poderia ser eliminado? A atmosfera pública tudo fazia temer. Não se sabia o destino dos presos, incomunicáveis – e aqueles que se designavam por caudilhos do Partido Republicano estavam detidos. Chegou a correr o boato de que Chagas “tinha morrido nos Paulistas e fora enterrado clandestinamente, de madrugada.”¹⁰⁷

Incomunicável, esperou por novo banimento, desta vez e ao que se dizia, para Timor. “Em quase vinte anos de vida política, tenho conhecido o que a política reserva de mais duro ao homem. Conheci cárceres de todo o género e todo o género de reclusões. Estive preso em terra e estive preso no mar. [...] Conheci as prisões de duas fortalezas africana e n’uma delas, a de S. Miguel jazi um ano quase. A Relação [do Porto] é uma Bastilha. Lá estive. O Limoeiro é a mais imunda de todas as cadeias. Lá estive. Agora mesmo, ao recordar-me por quantos cárceres tenho passado, nem eu o sei dizer! Com esta vida de encarcerado, tenho feito uma existência errante de exilado que não tem sido melhor, porque a dor do exílio é a pior das dores que podem afligir a nossa alma.[...] Pois bem! Tudo isso, — cárceres imundos, prisões remotas, tormentosas clausuras, carcereiros impiedosos, dolorosos exílios, inclemências físicas e inclemências morais, tudo isso se apaga da minha memória, sob a impressão dos dezasseis dias que acabo de passar nos Paulistas – vou dizer porquê. [...] Dos Paulistas saí acompanhado pela sombra d’essa melancolia que persegue o homem que alguma vez julgou que ia morrer, e eu julguei-o.” E a culpa por um presságio que afinal se não cumpriu mas de que sofreu atribui-a a João Franco.¹⁰⁸

Com o regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 termina aquilo que Chagas chamou o “regime do arreo.”¹⁰⁹ Liberado já na acalmção presidida pelo Almirante Ferreira do Amaral, foi total a determinação de João Chagas para acelerar a proclamação da República. A ditadura propiciara a decisão dos republicanos de avançarem pela força contra

a monarquia, mesmo por parte de muitos dos mais moderados. Agora havia que levar para a frente o ideal de regime político democrático, livre de Braganças. Chagas dedica-se a preparar a revolta, a convencer o directório do Partido Republicano Português a afastar-se da política de expectativa e a intervir pela luta armada. Nisso se revelou como “um bravo e um tenacíssimo organizador.”¹¹⁰ Sobre-tudo sem descurar o emprego da escrita, arma que melhor que qualquer outra manejava.

O seu longo treino de jornalista ensinou-lhe que a prosa podia conter um princípio dinamizador da acção – ou pelo menos estimulá-lo. E é assim que, em finais de 1908 (10 de Dezembro) e até 1910 (25 de Dezembro), por sua conta e risco e sem prévia passagem por jornais, escreverá e publicará as *Cartas Políticas*. Faz-se editor e instala-se na Rua do Arco de Bandeira, 104 1º, mesmo na Baixa de Lisboa, escritório onde muito se conspirou e se prepararam algumas operações de Outubro de 1910. Em especial as que implicaram oficiais do exército e da marinha. João Chagas pertencia ao comité militar da revolta que se preparava com o Dr. Afonso Costa e o Vice-almirante Cândido dos Reis.¹¹¹ Nele a propaganda escrita não estava isolada da acção. Sustentava-a, incentivava-a. E, ao mesmo tempo a actividade conspiratória estimulava a escrita das *Cartas*. Que vinham no momento certo para excitar a oposição ao regime. Porque “o progresso não se efectua mais depressa, pelo facto de querermos apressar a sua marcha e que é inútil, absolutamente inútil empurrá-lo para a frente. Insensível aos nossos esforços, ele caminhará sempre, mas

não sairá do seu passo de boi.”¹¹² Contudo, se o ambiente for propício, a escrita tem um efeito catalizador essencial.

A obra-prima de Chagas serão essas *Cartas Políticas*, que se arrumarão em cinco séries. São noventa e oito escritos semanais, de dezasseis páginas cada – com saída aos sábados. Dessa edição autónoma tirava a vantagem de a vigilância censória não cair directamente sobre os panfletos, como ocorreria se esses textos fossem publicados em periódicos. Contudo, a última série, a quinta, iniciada em 20 de Junho de 1910, já não terá a mesma regularidade das anteriores: serão 18 apenas as cartas, com alguns saltos nas datas, e depois de 27 de Setembro de 1910 apenas com as missivas de circunstância, de 22 e 25 de Dezembro, para fechar a série. Não fazia mais sentido insistir numa difusão de panfletos de propaganda, quando a República tinha sido proclamada a 5 de Outubro.

Literatura panfletária, pode dizer-se deste conjunto de folhetos de João Chagas. Em 1898 publicara com o título *Na Brecha* uma obra a que pôs esse mesmo subtítulo: *Panfletos*. E aí explicava: “O panfleto quer luta. [...] O panfleto é uma arma de duelos [...]”¹¹³ Mais: “O panfleto não é uma obra inquieta, como o jornal; por isso, não divaga, como a opinião, não é vária como os dias que passam. O panfleto premedita-se. Traz um fim, quer qualquer coisa. Não se lança ao acaso na luta; tem um plano e um itinerário. Tradicionalmente, tem sido o veículo dos mais sediciosos pensamentos, e está para acontecer que o seu efeito falhe; a mão hábil que o manipular não erra nunca.” E Chagas avança que o panfleto é uma droga “das mais

terríveis que a terapêutica política tem encontrado para combater esses males da humanidade que se ficaram chamando – tirania, iniquidade, libertinagem, infâmia pública. O panfleto apareceu sempre que houve que destruir – uma sociedade ou um trono, um homem ou um preconceito.” E ainda: “Não foram nunca [*os panfletos*] a obra caprichosa de um homem, mas a instintiva e irremediável reclamação de uma consciência – a consciência de todos. Por isso, nunca apareceram tarde ou cedo, antes ou depois, mas na hora, no minuto preciso. Passada ela, passaram eles. Entre o jornal e o panfleto existe esta diferença – o jornal é de todos os dias, o panfleto é de um dia só.”¹¹⁴

Carlos Olavo, que trabalhou junto a João Chagas, vê-o de um modo bem definido como escritor de panfletos: “Para ser panfletário, no entanto, é indispensável um conjunto de qualidades brilhantes sem as quais o panfleto é impossível. O panfleto é a ironia, a garra, o veneno, a apóstrofe, tudo numa forma rápida, vertiginosa, fulminante. Para escrevê-lo é preciso estilo, graça, penetração, malícia e uma quantidade ainda de outros dons sedutores que fazem a virtude e a força demolidora do panfleto.” E adiante: “João Chagas foi um panfletário em todo o rigor literário da expressão.”¹¹⁵ E um outro admirador, Luís da Câmara Reys, escreverá: “Como panfletário, como jornalista de combate, deixou páginas que ficam na nossa literatura e na história agitada da nossa vida política.”¹¹⁶ Mesmo alguém que não admirava o homem – Bourbon e Meneses –, reconhece nele o “agitador ao mesmo tempo elegante e incendiário.” Mais: “Como panfletário, ninguém em Portugal ombreou com ele

na lógica do ataque, pela impassível crueza, pela superioridade do seu desdém e da sua ironia.” Muito embora: “Teria sido, verdadeiramente, um grande panfletário se lhe não faltara a garra do polemista. Em todo o caso, não sei de outro que o tenho excedido e até mesmo igualado.”¹¹⁷ Um velho republicano escrevera: “É um panfletário cheio de paradoxos e subtilezas, que às vezes tem rasgos de sinceridade na sua prosa.”¹¹⁸ Podem encher-se páginas de louvores como de referências muito maldosas que mereceu como pessoa, não como escritor. A esse afluem as considerações de estima e admiração.

João Chagas usava os panfletos como instrumento útil (e que queria eficaz) da luta política. E um pouco mais: em simultâneo pretendia que fosse literatura panfletária e literatura de propaganda. Que bem se conjugavam. Porque o panfleto, pela rapidez de leitura a que obrigava, apresentava de uma forma directa e imediata aquilo que se pretendia divulgar. Assim explica o próprio Chagas a uns amigos que lhe perguntavam porque não divulgava uns factos: “É inútil! objectei eu. Estão aqui, n’este livro. – Não importa! tornaram eles, divulgue-os. Um folheto corre mais do que um livro. É mais pequeno, é mais leve, é mais ágil. Empresta às verdades do livro, as asas do panfleto. Divulgue-as.”¹¹⁹ Pela caracterização do panfleto várias vezes Chagas se pronuncia. “O panfleto não é feito, como tantos imaginam, de generalidades. [...] O panfleto é dirigido contra um homem ou contra um facto. [...] O panfleto não é um homem a esgrimir: é uma estocada. Paulo Luiz definiu-o assim: “De acetato de morfina, um grão n’uma bacia

perde-se, n'um copo dá o vômito, n'uma colher mata. Eis o panfleto.” Resumindo: “o panfleto é uma saturação.”¹²⁰

Às *Cartas Políticas* chamará o seu autor explicitamente panfletos: literatura de luta, de propaganda, geradora de contradições. Com um sentido muito pessoal de si mesmo. “Os panfletos, publicados por mim entre os anos de 1893-1894, são reflexos da luta travada em Portugal entre o povo e a dinastia de Bragança. Por pouco que valham, fazem parte da bibliografia revolucionária do nosso tempo. São documentos.” A sua reedição explica-a o autor pelo serviço que ainda pudessem prestar “porque toda a obra de combate é sempre útil enquanto dura o combate, e os meu panfletos contêm doutrina e estímulos de tão útil divulgação hoje como ontem.”¹²¹ Panfletos, pois. Escritos políticos, com uma só direcção, de propósito revolucionário, fazendo propaganda para desfazer a monarquia e preparar a República. “Aparecendo numa época em que os ideais republicanos tinham tomado em Portugal um extraordinário vigor, ele mergulhou no movimento a sua figura altiva e foi um revolucionário, um jornalista, um condenado, alguém muito saliente numa época de hesitações, de discórdia e de agitação.” E a conclusão impõe-se: “Soube ser um jornalista perfeito.”¹²²

AS CARTAS POLITICAS

Através das *Cartas Politicas*, João Chagas comentou grande parte dos acontecimentos relevantes de 1908, 1909 e parte de 1910. Quase que se poderia esboçar uma história do período de ruptura – em que se extingue a monarquia e se prepara a implantação da República – só com os elementos que se destacam nesses panfletos de elevada qualidade literária. E quem quiser escrever a história destes anos não pode dispensar a sua leitura. Em que se podem encontrar as razões para deitar abaixo o regime monárquico mas também críticas à orientação do Partido Republicano Português, a cujos órgãos revolucionários o autor se encontrava vinculado. Mas nunca se deve esperar um botabaixo dos correligionários, como o que aplica na demolição dos monárquicos, do regime e dos seus defensores. Mesmo assim, com uma apreciável contenção.

Ao tempo publicações políticas – e de todos os lados – usavam uma linguagem desbragada, ofensiva e caluniosa como a do médico Arthur Leitão, que pretensamente analisa em João Franco *Um caso de loucura epiléptica*. Panfleto dedicado a França Borges e a João Chagas – como se

percebe. Tratava-se de “com urgência, levantar na imprensa, uma campanha ativa e formidável, útil e ruidosa, de forma a conseguir-se o internato, no lugar próprio do louco epilético, enfurecido na onda de sangue que a sua mão cobarde de assassino irresponsável, hoje fez jorrar do peito amoroso do povo.”¹²³ Nada de semelhante, nem na intenção nem na linguagem, se encontrará em Chagas. Mas é bem provável que as quatro cartas a João Franco tenham atingido mais certamente o alvo.¹²⁴ A sua elegância e frontalidade assim o impunham e não consentiriam um aproveitamento como o do clínico baixado a panfletário.

São do maior interesse, por bem pensadas, as interpretações de Chagas sobre o que vai sucedendo na actividade política, com destaque para o regicídio, do ano anterior.¹²⁵ Porque, vale a pena repetir, as *Cartas Políticas* registam como que a memória do período agónico da monarquia e de expectativa pelo advento da república. Memória que Chagas sabe aproveitar e enriquecer de maneira magistral. Sem repisar, mas sem autorizar que o esquecimento lave e faça esquecer o passado de ignomínias, ou daquilo que ao republicanismo convinha que passasse por tal. “As *Cartas Políticas* foram um panfleto, é certo, mas foram também a história e a crítica do período que começa com o advento de D. Manuel e termina com a implantação da República, perpassando nas suas páginas as lutas, as crises, as ansiedades dum reinado efémero que teve origem numa tragédia e se extinguiu na balbúrdia duma fuga cómica.”¹²⁶ Fuga cómica seria a saída do rei da Ericeira para bordo do *Amélia* e daí por Gibraltar

a caminho do exílio – sem que fosse tentada a resistência contra o avanço revolucionário.

Logo a primeira das missivas, de 10 de Dezembro de 1908, está endereçada a D. Manuel II, que subira ao trono após o regicídio. O grande culpado pelo caos em que se encontrava o País chamava-se João Franco. “O fruto da sua obra não foi o regicídio. Este foi o seu menor efeito. O regicídio foi, em rigor, um acidente. O fruto da sua obra foi mais do que a queda de um rei, a queda do prestígio moral da realeza que ele fez soçobrar na água suja dos adiantamentos; foi a derrocada dos partidos políticos que ele consumou com estrondo e foi a formação do espírito revolucionário que, com ele, se ateou como uma imensa fogueira que não mais se apagará.” E muito do que fora se mantinha, porque se o rei era novo, a monarquia era velha. “Era possível fazer com estes velhos, velhíssimos elementos uma monarquia nova? Não era e não é.”¹²⁷ Restava ao rei o caminho da abdicação que lhe era apontado.

Porque o descalabro da administração monárquica estava à vista. João Chagas apreciava escorar afirmações em números. Sabia forragear os que lhe davam jeito para o efeito a alcançar. Assim com a dívida externa, assim com as taxas de analfabetismo. Usa as cifras com eficácia, para delas extrair as conclusões que lhe servem – ou nelas apoiar as razões que lhe convêm. E parece conseguir demonstrar que boa parte do desbarato dos dinheiros públicos se devia à obra dos políticos necessitados de *fazer clientela*. “É preciso obter adeptos, amigos, compadres, cúmplices.” A que se segue a conclusão: “A obra dos governos portu-

gueses é a negação da pátria. Pátria quer dizer civilização, engrandecimento, prosperidade, cultura, fortuna, dignidade, orgulho, e os portugueses que nos têm governado têm feito o contrário de tudo isto.”¹²⁸ Essa necessidade de conservar e de ampliar clientelas iria alongar a crise política: o rei não conseguia estabilizar o governo, em que os rotativos (regeneradores e progressistas), mais dissidentes progressistas e regeneradores-liberais, mais as fracções dos regeneradores e outros se digladiam e associam para bloquear qualquer mudança de fundo. De fora, capitalizando o descontentamento provocado por toda essa balbúrdia política, o Partido Republicano Português. Que já parecia triunfar. E que como que escolhia os assuntos a serem debatidos. A actividade política já estava a ser determinada pelos adversários do regime. Este encontrava-se numa muito incómoda posição defensiva.

Ainda em Dezembro de 1908 Chagas profetizara o fim da monarquia para 1909. A queda do “regime sedativo da acalmção”, presidido pelo liberal e bonacheirão almirante Joaquim Francisco Ferreira do Amaral – “homem de paz e de transacção” que governara de Fevereiro a Dezembro¹²⁹ – provocava o retorno ao poder de quanto havia de contra-revolucionário. E isso desencadeava o processo reactivo que por sua vez levaria em acelerado à proclamação da República. Para Chagas, e já então, o Partido Republicano era o partido de Estado, que aguardava a inexorável queda da monarquia. “A causa do nosso futuro não está nas mãos de um partido. Isso foi tempo. É a causa da nação e está nas suas próprias mãos. Está, portanto, optimamente en-

tregue. Espere. Espere – o gesto agressivo. As instituições hão-de fazê-lo sem demora. Tudo o provoca. Eu mesmo com estas pobres páginas, involuntariamente o estou talvez provocando. A Democracia é já um Estado no Estado. Está no parlamento, está nos municípios, está nas paróquias, está nos lares, está nos corações e, de todos os lados, aflui ao cerco das velhas instituições feudais. Não tarda o primeiro tiro e o primeiro tiro será o sinal do fim.”¹³⁰ Porque considerava que a “monarquia liberal acabou em Fevereiro do ano passado” de 1908, aquando do regicídio. “O que lhe sobreviveu foi um equívoco da Fatalidade e do Acaso, e a história não consente o predomínio de equívocos. A história tem uma lógica.”¹³¹

Em 29 de Novembro de 1909, é a vez de reiterar o que antes dissera sobre o prazo que findava para o rei abdicar, mas agora com maior veemência, aconselhando o monarca a atender à anunciada falta de duração da monarquia. Em que nem por assediados, amainam na luta os políticos monárquicos. E em que João Chagas não dá tréguas a mostrar o que são os partidos da monarquia e os seus chefes. “A guerra dos políticos portugueses que disputam o último despojo da monarquia é de extermínio. Cada um julga o outro de mais e procura, não já afastá-lo momentaneamente do seu caminho, mas aniquilá-lo para todo o sempre. O sr. José Luciano não tolera o pensamento sequer de que o sr. José d’Alpoim possa um dia ocupar o poder. Por sua vez o sr. José d’Alpoim torna-se hidrófobo só de pensar que o poder será pertença do sr. José Luciano. O sr. Júlio de Vilhena é o inimigo pessoal do sr. Campos Henriques,

que o atraíou. O sr. Campos Henriques é naturalmente o inimigo do sr. Júlio de Vilhena. Nenhum d'estes dois homens pode assistir serenamente ao triunfo do outro. O sr. Wenceslau de Lima ligou o seu destino político ao do sr. José Luciano e adoptou os seus ódios. O sr. Alpoim é a sua *bête noire*, assim como para o sr. Alpoim se tornou insuportável o sr. Wenceslau de Lima. D'este conflito V. M. é o árbitro e como não o resolverá satisfatoriamente para todas as partes, será – a vítima.” “A situação de V. M. é difícil, mas não é a de V. M.: é a da monarquia, e não é difícil só – é irreduzível.” “V. M. não pode iludir por mais tempo o carácter da situação mantendo molemente uma monarquia que procura forças em princípios opostos e ludibriando a ambos.”¹³² Primorosa formulação de uma como que comédia de enganos, a que os responsáveis deveriam ter atendido. Sempre Chagas criticará com azedume os partidos monárquicos, e não apenas os da rotação. Quer franquistas, quer progressistas dissidentes merecerão ataques bem directos. Em especial dedicando largas páginas a José Maria d'Alpoim, progressista-dissidente, que conspirara com os republicanos para o frustrado 28 de Janeiro de 1908. “Os políticos monárquicos portugueses têm na sua frente dois caminhos e não têm outros – um que os conduz ao abismo em que vão inevitavelmente precipitar-se as instituições, outro que os conduz à inevitável República. São duas fatalidades pesando sobre o seu destino.”¹³³

João Chagas estava convencido – ou pelo menos assim o diz – que a monarquia portuguesa findaria no ano de 1909. Era uma profecia que reiteradamente lançou, nestes

textos políticos, destinados a atacar e a ir corroendo a monarquia que se aproximava do fim. De não cair o regime em 1909 tem o autor que se penitenciar. Errara a previsão. E vá de explicar por que isso não acontecera. Por culpa da monarquia, que com o apoio de José Maria d'Alpoim e dos progressistas dissidentes permitiu que Wenceslau de Lima governasse seis meses depois dos fugazes ministérios de Campos Henriques e de Sebastião Teles; e culpas também cabiam ao Partido Republicano, que não mexeu uma palha para derrubar a monarquia. Assim terá sido.¹³⁴ Não por falta cometida pelas *Cartas Políticas*, pois “foi este panfleto que lhe vibrou o derradeiro golpe, aquele que o deixou definitivamente inanimado [...]. No panfleto ecoa sempre a voz do povo, estremecem as suas cóleras, sibilam os seus sarcasmos. Daí lhe vem a sua força decisiva. O panfleto surge quando há alguma coisa a demolir. Demolida ela, o panfleto desaparece.”¹³⁵ Era esse efeito demolidor que Chagas procurava, e que lhe era reconhecido. Não por acaso no interior do Partido Republicano o tratavam como um conselheiro sempre escutado, pessoa do grupo dirigente – estivesse ou não eleito para o directório.

No entanto, o panfleto tinha afinal durado mais do que o seu autor previra. E de um panfleto não se espera que dure. “Eles duram enquanto duram as circunstâncias que os provocam, que, em geral, são anormais e por isso mesmo transitórias.” Pelo que já nem era de um panfleto que se tratava, mas de “uma obra de crítica, obra de comentário, principalmente obra de documentação.”¹³⁶ No entanto, a realidade de tal maneira se tornou rica em acontecimen-

tos que as *Cartas* continuaram saindo, “até ao ponto de constituírem hoje não já uma obra do panfletário, mas um quase empreendimento de historiador. Os panfletos são folhas esparsas que o vento leva e que só a curiosidade de algum bibliófilo consegue um dia reunir. Estes panfletos já hoje constituem dois volumes de 320 páginas e tão laboriosa é a crise de que eles saíram que eu considero algumas vezes com inquietação a hipótese d’eles virem a constituir mais tarde uma obra tão volumosa como a *Enciclopédia*.” O que ia ao arrepio da intenção do autor, que previra para 1909 o fim da monarquia, mas que a via durar ainda por 1910: “o panfleto aparece para vibrar um golpe único e certo n’um homem, ou n’um facto, e um ano para desempenhar esta tarefa rápida é de mais.”¹³⁷

E porque a situação política se estirava, continuavam as *Cartas Políticas* a cumprir o seu papel de denúncia e de alerta republicano contra a monarquia. Literatura de combate, teria de continuar a fornecer munições contra as instituições que resistiam. Mas afinal qual era a acusação maior contra a monarquia? Uma só, escreve Chagas: “a de ser um regime imoral.”¹³⁸

Mas qual era a República que era apresentada como alternativa? Seria a publicada no Manifesto do Partido Republicano Português de 11 de Janeiro de 1891? Dessa data é também o programa, que foi elaborado sob a responsabilidade do Directório composto por Azevedo e Silva, Bernardino Pinheiro, Francisco Homem Christo, Jacinto Nunes, Manoel de Arriaga, e Theophilo Braga – sendo este o redactor. Programa que se esmera em generalidades,

evitando a concretização das medidas enunciadas. Sirva de exemplo a decidida “Taxação do povo pelo povo.”¹³⁹ Afirmação clara. Mas como pô-la em prática? Fica por esclarecer esse, como todos os demais pontos fixados no programa. O Partido Republicano fundava-se em “razões de interesse público, de progresso e de civilização.”¹⁴⁰ No fundo, o programa republicano resumia-se a fazer a República, escreveu Sampaio Bruno.¹⁴¹ Mas fazê-la como?

Quer João Chagas estar certo de que o Partido Republicano dispõe da maioria, mas maioria sem aparato social, a maioria das revoluções. Maioria dinâmica, activa, determinada, que a massa inerte não lhe importava. A tarefa dos republicanos era a de fazer vingar a causa do povo. Povo que ainda tinha que ser criado. “O povo não está feito. É fazê-lo. Não é ressuscitá-lo. Ele nunca existiu. Na realidade, é dar-lhe nascimento e mostrá-lo à própria nação assombrada, como um homem novo e sem precedentes. É essa obra que se está operando. O homem está nascendo, entre sangue, entre lágrimas, dores, dúvidas, impaciências, ansiedades, perplexidades, embrulhado nos farrapos da sua miséria; mas quem é que ostensivamente o acompanha?” Será este o papel dos dirigentes republicanos, eleitos no Congresso do Partido em Setúbal, em Abril de 1909. Será pela mão deles que “o povo fará a sua entrada na cena política portuguesa.”¹⁴² Era a democracia que se propunha que a República – em breve proclamada – instalasse.

Não esconde João Chagas as diferenças de concepção que existem no interior do Partido Republicano. De um lado, do lado em que ele está, prega-se a violência da

revolução de rua; do outro encontra-se instalado Bernardino Machado, que se propõe convencer pela “discussão e pelo voto livre.” Condenando inclusivamente aqueles que querem avançar para a ruptura e a que chama os *impacientes*.¹⁴³ Contradição interna que a espaços paralisará o Directório. Muitas vezes Chagas tratará (e antecipará) a queda da dinastia, muitas vezes referirá o regime republicano e a vitória da democracia. Sem contudo avançar em concretizações que talvez só viessem a interessar depois da proclamação. Porque não se encontrarão quaisquer propostas programáticas nas *Cartas* de João Chagas.

Só em Agosto de 1910, e quando em Julho já tinha falhado uma tentativa de levantamento, Chagas dirá o que se poderia esperar, de um modo vago. “A preocupação dos republicanos é fazer a república. A minha já não é essa. A minha é salvá-la.” E aí põe a questão de quem deve servir o regime que se anuncia. “Eu construí no meu espírito, sonhei durante muito tempo – e quando os factos da vida pública do nosso país ainda não nos tinham revelado o verdadeiro carácter das coisas e dos homens – um Portugal republicano, aberto a todos os portugueses, e dentro do qual coubessem todos, sem excepção dos que haviam servido a velha monarquia.” Mas agora a sua posição mudou: “a doutrina é esta: a república para os republicanos. Os republicanos é que hão-de construir o Estado d’amanhã. Só eles o poderão salvar, com o espírito de defesa das novas instituições, que só eles possuem.” E adiante: “A república – esta é a minha opinião – deve ser toda de republicanos, d’alto a baixo, desde os seus ministros até

os seus regedores. Toda a autoridade deve passar para as mãos d'eles, e enquanto assim não for, não haverá república." República que deveria estar bem atenta às questões sociais, tendo que ser "radical e socialista, ou não será coisa que se entenda."¹⁴⁴

Talvez para Chagas nem sequer um programa fizesse falta – ou sequer tivesse sentido. Porque o movimento republicano, escreve, "não é um movimento doutrinário. É uma insurreição moral."¹⁴⁵ Assim, bastavam alguns princípios – cidadania, democracia, fraternidade – para fundamentar o combate que se empreendia. Em "Nota oficial do Partido Republicano português", de Julho de 1910 apenas se lê que a "República respeitará o dever de dirigir o país de maneira a dar aos nacionais todas as garantias de um governo de ordem e de justiça." Com isto se preparava para que Portugal tivesse um "futuro tranquilo e feliz."¹⁴⁶ O programa da República não era uma peça central da propaganda. Para José Relvas importava sobretudo resolver três questões: "a desordem na administração, o atraso económico do País e a assustadora percentagem de analfabetismo."¹⁴⁷ Nisso decerto Chagas concordaria. Quanto a outras questões, nomeadamente o combate aos avanços clericais – ou assim ditos – não parece que fosse dos mais agressivos. Pelo menos a acreditar no que escreve nas *Cartas Politicas*.

Embora anticlerical, a questão era posta sempre em relação com a política e com a ligação do clericalismo com a monarquia. Atribuía o crescimento da ligação da Igreja à monarquia em especial às práticas do novo reinado. Porque D. Carlos não era carola. "Não existia em rigor uma

imprensa clerical n'este país. Com o advento de D. Manuel, ou mais propriamente de sua mãe, ao trono de Portugal fez-se a imprensa e fez-se o resto. A reacção clerical, organizada em exército, saiu descaradamente a dar batalha à liberdade."¹⁴⁸ Ora contra os ataques à liberdade não haverá qualquer tolerância. "O Estado democrático tampouco é tolerante com dogmas religiosos, que não reconhece, pois tem um culto único, que é o culto da razão. A sua tolerância consiste, ao contrário do que faz o Estado teocrático, em não os impor à consciência pública, mas só n'isto consiste." E adiante: "O estado democrático não impõe religião alguma à colectividade. [...] A educação democrática é racionalista, mas a acção oficial do Estado democrático em matéria religiosa, é a de um poder neutral, e esta é a fórmula máxima da tolerância."¹⁴⁹

A anunciada neutralidade não deixava também de se manifestar contra o congreganismo, usando os números recolhidos e divulgados por Trindade Coelho.¹⁵⁰ Mas não se sente na sua escrita a sanha que em alguns anticlericais transparece. Nem na propaganda que as *Cartas* servem esse é um tema central. A monarquia e os partidos da monarquia têm a primazia e são muito mais referidos e combatidos do que a Igreja ou o clero. Sequer a propósito da grande manifestação contra as congregações de 2 de Agosto de 1909 refere a questão religiosa como tal. Interessam-lhe os aspectos políticos e neles se detém.¹⁵¹ Talvez pensasse que melhor seria não provocar reacções desse decisivo sector da sociedade, e ir convencendo os seus leitores de que era preciso acabar com a velha monarquia. O resto se veria.

No entanto não vai poupando os padres, a propósito das habituais invectivas a infracções ao celibato ou a propósito das manifestações de ignorância do clero aquando do terramoto de Benavente. Para impedir aproveitamentos, que aliás foram bem apregoados. E aí, a ironia serviu-lhe para entrar num domínio que de outro modo se podia considerar como provocando melindres ou mesmo mal-entendidos: “Deus, que como se sabe, é monárquico e, até certo ponto, mesmo, rotativo, irritado com a propaganda republicana, teria mandado a Portugal esse tremor de terra, como advertência do seu descontentamento.”¹⁵²

1910 anuncia-se um tanto penoso para as *Cartas*. Chagas tê-las-ia pensado para menos tempo e vai ter que repisar alguns temas já batidos, continuar acusações que já tinham tido o seu efeito. Como a impopularidade dos monarcas, D. Carlos e D. Manuel. Um por sibarita, mais apreciador de caçadas, patuscadas com amigos a bordo do *Amélia* e de diversões em Paris do que da “piolheira”, expressão que se dizia usava para referir Portugal. Com D. Manuel seria a beatice que lhe retirava a popularidade. E ainda acusado de medroso.¹⁵³ Também inevitavelmente, lá virá João Franco, sempre a ser invocado nas prosas republicanas. Cuja ditadura seria, ainda e sempre, a grande justificação para a revolta e para a proclamação da República.

A propósito do crime de Cascais – episódio mal esclarecido de traições e denúncias com participação da Carbonária – põe-se uma outra questão importante e decisiva para a revolução. Como considerar o povo, que teria de tomar em mãos a ruína do velho regime e a sustentação

de um novo? E aí se baralham as visões: “Enquanto não entrou na cena política o povo era o conjunto de todas as virtudes. Desde que entrou nela, desde que a invadiu com a sua nova e forte personalidade, passou a ser o conjunto de todos os vícios. O povo é – o Mal.”¹⁵⁴ Isso diriam as classes conservadoras. Da demonstração de que assim não seria partia o caminho para a democracia que as velhas classes dominantes pretendiam barrar. Era este povo uma classe social, na concepção de Chagas? Esse povo é um composto de “homens pobres, pobríssimos, das mais humildes classes sociais”¹⁵⁵ a que se juntam quantos se sentem próximos do ideal fraterno da República anunciada. Povo mais literário do que sociológico. Mal definido, ou sequer definido. E ainda: “República e Povo são sinónimos. Assim, a acção política do povo é sempre republicana, por isso que o povo não tem outra política.” O povo seria afinal a opinião pública favorável à República e não um estrato da sociedade. Embora não fosse apenas o povo que se integrava no Partido Republicano. “O Partido Republicano é constituído de indivíduos de todas as classes e condições. Ele tem a burguesia e tem o povo, ele tem mesmo a nobreza.”¹⁵⁶

Essa a massa popular que importava dinamizar para dirimir o conflito entre a monarquia e a nação. Em Julho de 1910 João Chagas já estava sem paciência para aturar os políticos monárquicos, que com as suas promessas liberais conseguiam adiar a proclamação da República. “Um regímen destes não se serve, nem se procura transformar. Combate-se, ataca-se. Destrói-se.”¹⁵⁷ Mesmo sobre as tentativas de revolta de Julho e de Agosto – as intentonas – escreve o suficiente

para que se sinta que sabe o que se passou mas que não iria revelá-lo. Mas a 30 de Agosto, dois dias passados sobre a eleição de 14 deputados republicanos para o parlamento, tem de se pronunciar sobre esse acontecimento. Em que, como sempre, se aproveita para denunciar a lei eleitoral, a *ignóbil porcaria* – como em tempos João Franco a baptizara. Que impediu que mais deputados republicanos fossem eleitos. Basta recordar que no Porto, apesar do excelente resultado, o Partido Republicano perdeu a eleição. E mais, as manobras eleicoeiras não faltaram, para fazer as urnas porrem-se de acordo com a monarquia. Mas agora o optimismo é grande. Embora Chagas tema a invasão dos monárquicos transferindo-se para a República que se avizinha – aquilo que depois se chamou a adesivagem.

(Página deixada propositadamente em branco)

A IMORALIDADE GOVERNATIVA E O FINAL DA MONARQUIA

Estão bem presentes nas cartas os três grandes temas que apressaram o fim da monarquia: a questão dos adiantamentos, a questão Hinton e a questão do Crédito Predial. Embora os adiantamentos já sejam apenas invocados como um bom exemplo do descabro da administração, eles surgem e ressurgem inúmeras vezes, sem contudo não mais prestarem para uma boa imprecisão. Já corria um outro tempo, arredados que estavam os principais protagonistas – João Franco e D. Carlos. Não assim com a questão Hinton, que Chagas aliás começa por descrever usando pedaços de um texto de José d’Azevedo Castelo Branco, monárquico sem mancha. Para em seguida explorar o tema com a sua habitual mestria, mostrando que “a questão Hinton é um caso em que só se tem cuidado dos interesses de um particular, em prejuízo dos interesses alheios e em prejuízo do Estado.”¹⁵⁸ Quando Afonso Costa anuncia a leitura das cartas que exibem hábitos correntes de interferência da Coroa na administração, é o pânico. O próprio governo cai.

“Querer tirar importância à revelação de factos que mostram o Estado cúmplice de agentes de corrupção, é uma coisa monstruosa. Combater o autor, ou autores do descobrimento d’esses factos, é mais monstruoso ainda. É o *renversement* de toda a moral e é o predomínio escandaloso da moral da cumplicidade, que manda encobrir. Porque não são então mais francos e porque não mete, desde já Afonso Costa na cadeia? É o que falta, e pouco falta.”¹⁵⁹ E o caso enreda-se, com inquéritos policiais que procuram mascarar a gravidade da acusação feita. É essa ambiguidade que se torna sobretudo no alvo da denúncia pública de João Chagas.

Mais complicado ainda se revela, quase em simultâneo, o caso do Crédito Predial. Em que a principal culpa pelos desvios financeiros no banco hipotecário cabia a José Luciano de Castro, o chefe do partido progressista, e governador da instituição. “José Luciano não sabia nada, não conhecia nada. Não conhecia as trapalhadas da Companhia, não conhecia as irregularidades da escrituração, não conhecia o estado de quase falência da instituição que há tantos anos dirigia. Tudo foi para ele uma novidade e uma surpresa. Ah! o momento terrível e o terrível golpe!” Ao pôr em causa o chefe do partido progressista e mesmo alguns importantes regeneradores que por essa administração tinham passado, era toda a estrutura partidária que ficava em causa. O fim do regime não estaria longe. “A monarquia acaba com D. Carlos. O que veio depois é um simulacro de continuidade histórica. Possível? Impossível. D. Carlos foi um mau rei. O filho, que lhe sucedeu, não é ninguém. Sem rei, nem roque, o reino devia cair na

anarquia. É na anarquia que está. Quem governa? Toda a gente e ninguém.”

E as posições políticas extremavam-se, em 1910. “Hoje, em Portugal, há duas pátrias: uma, a dos republicanos; outra a dos monárquicos. As duas são incompatíveis e tanto mais incompatíveis quanto se odeiam. Os republicanos não compreendem a pátria com a monarquia e têm razão. Pátria e monarquia, em Portugal, são expressões antinómicas. Os monárquicos não toleram a pátria com a república.”¹⁶⁰ Mas o rei tem que ir tentando solucionar as crises que sobrevêm: cinco governos em dois anos. Faltava tentar a última das respostas. O ministério presidido pelo regenerador Teixeira de Sousa pretendia apresentar-se como na extrema esquerda do liberalismo. Que já não viria a tempo para salvar as instituições. Por isso se irrita Chagas com os que o recebem com benevolente expectativa: “Um régimen como este expulsa-se pela violência, nada se lhe pede; nada se lhe dá: corre-se com ele. Não há para isso o inteiro acordo dos cidadãos? É impossível. Esse acordo deve forçosamente existir. Só não concordam em correr com a monarquia os seus parasitas. Esses precisam d’ela para comer. São os parasitas da monarquia e são os da nação. Não são cidadãos.”¹⁶¹ A conclusão a tirar era óbvia: a “questão em Portugal deixou de ser política, depois que vieram a lume os adiantamentos e, sobretudo, depois que se tornaram conhecidos o caso Hinton e o do Crédito Predial. A revelação d’estes factos fez da questão política, sob todos os seus aspectos, uma questão estritamente moral. [...] Um regime d’estes não se serve, nem se procura transformar ou

melhorar. Combate-se, ataca-se, destrói-se. Não é a monarquia: é um caso de pirataria.”¹⁶² A questão moral, pois, no centro das atenções, desbancando razões políticas que não faltavam. Sem contudo terem o mesmo impacto destruidor.

Nos meses de Verão de 1910 ainda continuam a sair as *Cartas Políticas*. Mas já não têm a mesma pujança, a mesma graça. Chagas estava agora empenhado na revolução, que não na escrita. A gente que havia que trazer para a República pelo panfleto já estava conquistada. Urgia passar à luta armada, e dar a estocada final no regime monárquico. A partir de Agosto de 1910 entra-se em dias por extremo agitados. Reuniões no escritório das *Cartas*, tentativas de aliciamento de oficiais – ainda – e fixação das operações que deveriam ser executadas: para assegurar a vitória da revolta que havia que fazer eclodir quanto mais depressa melhor.¹⁶³ E chegou Outubro.

“Deu-se aqui um verdadeiro cataclismo. Caiu numa manhã uma tradição de sete séculos, sacudida por um estretecimento social que só tem equivalente n’um tremor de terra. Rolou por terra um trono, sob uma chuva de granadas, e um rei espavorido tomou o caminho do exílio n’um batel de pescadores. Tudo o que fazia a sua onnipotência caiu com ele e foi subvertido – a corte, a nobreza, o governo, o parlamento, o seu palácio e a sua guarda.[...] A monarquia caiu com infâmia pública. Caiu desonrada a dinastia; caiu desonrado o regime. Dos últimos braganças pode dizer-se que constituíram a mais espantosa família de devoristas que ainda assolou um Estado, e o regímen, esse, está julgado pelos seus. Foi puramente o saque. [...] A uma revo-

lução clemente sucedeu uma república tolerante, moderada, legalista, sem qualquer pensamento de represália, ou de desagravo, sem pressa em destituir os homens da véspera e, sobretudo, sem o pensamento de os perseguir.”¹⁶⁴

Este conjunto de escritos-panfletos-cartas faz parte integrante da propaganda republicana – e nela desempenha papel fulcral. Terá convencido muita gente – ou ajudado a confirmar a proposta política de mudança, consolidando em muitos o espírito republicano e a determinação de acabar com o regime monárquico. Parte desse efeito seria conseguido pela leitura das *Cartas* em público pelas comissões paroquiais republicanas – como a de Canha, sobre que o autor escreve. Porque o povo não sabe ler, mas sabe ouvir. “A verdade entra-lhe pelos ouvidos, e que imensa vantagem a d’essa propaganda de leitura sobre a propaganda da oratória e do orador!”¹⁶⁵ Por vilas e aldeias a voz de João Chagas se ia espalhando. Leitura pública que era propaganda e era um elemento essencial de educação numa nova cidadania.

Êxito notável de uma publicação. Teria a tiragem das *Cartas Políticas* atingido os 500 000 exemplares? Talvez no total. É número que um caricaturista indica.¹⁶⁶ E se em grande parte isso se deve a uma muito aguda percepção do que devia ser a propaganda, há que contar com o estilo literário de João Chagas, então dispondo de todos os seus recursos: ritmo, sonoridade, rapidez e precisão vocabular a definir o objecto, adequação das imagens, criatividade nas metáforas, tudo usado com elegância para valorizar o que escreve. E explorando efeitos de oralidade na sua prosa. Mesmo

antes das *Cartas*: sobre Guilherme II de visita a Lisboa: “É rei e reina – indiscriminadamente. Reina sobre os Estados, reina no seu reino, reina na sua casa. Mesmo a paternidade, ele a exerce como um rei. O casamento do príncipe real, seu filho, foi um acto seu.” Concisão que manterá depois: “Havia em toda a Europa um guerreiro. Caiu. Foi o último. Quando cai uma natureza tão intrinsecamente belicosa como Guilherme II, cai o próprio espírito da guerra. Desarmaram-no. Quem o desarmou? – As ideias fraternais do nosso tempo.”¹⁶⁷

Antes de mais, Chagas é sempre o jornalista e revela-se um dos grandes do ofício. Há mesmo quem o tenha considerado um mestre, a par de António Enes, Mariano de Carvalho e Emídio Navarro. Por isso profissional excepcionalmente bem pago.¹⁶⁸ O que ainda era pouco. Porque nele há o político. Que usa a escrita como arma. Carlos Olavo vai mais longe: “foi o panfleto, este produto ocasional da sua actividade política e literária, que lhe deu a maior porção da sua celebridade, exactamente como as *Farpas*, um panfleto também, fizeram a celebridade de Ramalho Ortigão. As *Cartas Políticas* são, a meu ver, a sua melhor obra, onde há mais paixão e mais beleza. Os seus efeitos foram incalculáveis na sociedade portuguesa, aquela brochura de dezasseis páginas, como são todos os panfletos, comunicou-se com uma rapidez vertiginosa ao País inteiro como um incêndio purificador. Nessas páginas modelares, há afirmações que são profecias, há sínteses que são retratos, há ironias que são como aqueles filtros subtis e fatais que fabricava noutro tempo a perversa imaginação de Flo-

rença. João Chagas fez na Imprensa o mesmo que Eça de Queirós fez no romance: realizou o prodígio de tirar duma língua abundante e dura como a nossa as formas esmeradas e dúcteis com que se exprimiu no jornal e no panfleto. Essa perfeição feita de simplicidade e de pureza assinalou-se sobretudo nas *Cartas Políticas*.¹⁶⁹ Todavia, e ao contrário de Ramalho com as *Farpas*, em João Chagas não são as *Cartas* que fazem o escritor.¹⁷⁰ Já dispunha de todos os recursos estilísticos necessários quando se dedica a apontar estas armas de combate. Mais, escreve Luís da Câmara Reys: “As *Cartas Políticas* foram um dos mais poderosos elementos revolucionários do 5 de Outubro.”¹⁷¹

Armas manejadas com imensa destreza. Utilizadas com extrema habilidade: “A monarquia portuguesa não transige. Não transige com a liberdade, não transige com a ciência, não transige com a pátria. E como não transige nem com as ideias nem com os factos, também não transige com os cidadãos, e por isso embora eles não a agridam à mão armada, proclama que os vai apunhalar pelas costas.”¹⁷² *Não transigir* era a ideia que queria fazer passar e pela repetição e pela conjugação com outras notas caracterizadoras ganha imensa força. Ou então, com menos virtuosismo mas não menos eficácia: “Aqui [em Portugal] não se praticam senão actos estúpidos, aqui não se pronunciam senão palavras estúpidas, e é desconsolador, porque tudo se pode combater com êxito, excepto a estupidez. Essa não é inimiga de todo o progresso: é pior – é inimiga de todo o movimento. O homem estúpido não tem mais acção do que uma pedra. Como ela, é inerte. Imaginemos afora uma

sociedade enfermando de estupidez: é um monólito. A velha sociedade portuguesa é esse monólito.”¹⁷³ Sempre na busca da palavra exacta, da expressão caracterizadora, da imagem que enriquece a exposição e melhora a compreensão. Castiga a escrita em busca daquilo que designa por “forma de dizer perfeita.”¹⁷⁴ Terá encontrado essa perfeição? Não é de suspeitar que assim tivesse julgado.

Sempre a insatisfação formal acompanha os escritores que o são. Chagas dominava os mecanismos da expressão. E com eles se preocupava. “É necessário pensar que se há uma língua, que pela sua própria abundância, embarace a função do raciocínio, essa língua é a nossa. A língua portuguesa não está organizada para acudir com prontidão aos chamamentos rápidos da ideia. É um tesouro em que há uma imensa confusão. Pede-se uma palavra: acorrem dez. Nenhuma delas, porém, exprime o que se quer. [...] Só um instinto admirável e uma obstinação sem limites podem descobrir no caos de semelhante lexicon um vocabulário ao mesmo tempo linear, pictural, plástico e acústico que fielmente sirva uma imaginação de artista.”¹⁷⁵ Preocupação sentida. Desafio a vencer. Ganho. Ramalho Ortigão afirma: “Você é o único da sua geração que parece conhecer o processo de escrever bem. Os outros imaginam que o ofício consiste em coligir palavras sonoras. Só você compreendeu que a grande tarefa é a de reunir e seleccionar ideias nítidas.”¹⁷⁶ Nitidez que não faltava.

Grande foi o contributo de João Chagas para o novo regime: a revolução “deveu-lhe quase tudo, o seu êxito dependeu muito do seu trabalho de propagandista e de

organizador.” Dele se diz que “trabalhava incessantemente e sem desânimo, escrevendo, falando, conspirando, organizando.”¹⁷⁷ Tentou, sem descanso, atrair para a revolução, oficiais das forças armadas. Tendo mesmo elaborado um Relatório datado de 7 de Novembro de 1909 sobre o que poderia esperar-se nas guarnições de Lisboa. Distinguindo os oficiais em republicanos, liberais e reaccionários. Porém, as coisas não estavam fáceis: “Os oficiais republicanos ocultam as suas opiniões e os oficiais liberais manifestam-se muito timidamente, mas os reaccionários manifestam-se às escâncaras.”¹⁷⁸ Se nas conspirações e nas iniciativas de atrair oficiais das forças armadas para o campo republicano o seu êxito não terá sido grande – pelo contrário – como combatente pela pena a sua actividade alcançou bem o que se propunha.

A 27 de Setembro, ainda redige uma curtíssima carta que endereça ao regicida morto Manuel Buiça, em que torna a falar de João Franco e dos seus partidários. Mas essa data estava já fora de tempo de propaganda – ou contém o escrito algum elemento em código a pré-anunciar o que se preparava? A profecia da queda da monarquia, com algum atraso embora, estava a ponto de se cumprir. Finalmente. E com ela o termo da publicação das *Cartas Políticas* – e de João Chagas como jornalista e panfletário de ofício.

Ao exemplo de João Chagas se deve a proliferação de panfletos que ocorreu nestes anos? Alguns o disseram. “Apenas João Chagas obteve um largo sucesso com as suas *Cartas Políticas*, logo dos quatro cantos de Portugal soprou uma lufada de panfletários! Como as formigas com asas

que por meados d'outono desabelham às nuvens dos buracos, tais eles foram.” E não deixam de provocar respostas até de republicanos saudosos dos tempos de Latino Coelho, José Falcão e Rodrigues de Freitas.¹⁷⁹ Mas não só. Há razões mais fundas para que isso tenha acontecido. “Em todos os períodos modernos de transformação política, religiosa ou social, em todos os momentos agudos de paixões públicas, panfletos e panfletários sobem de roldão à cena.”¹⁸⁰

O panfleto surge e prolifera numa atmosfera de indecisão e de forte conflitualidade, quando muitos entendem fazer-se ouvir, afirmar-se, desencadear reacções favoráveis ou desfavoráveis a isto ou àquilo. Assim foi. “Na obra panfletária de João Chagas, as *Cartas Políticas* marcam o *maximum* das suas faculdades para o género e o ponto culminante do seu esforço. [...] Tudo quanto o seu talento era susceptível de dar, como instrumento de combate, desentranha-o ali.”¹⁸¹ E não por acaso a sua actividade como escritor aparece sempre referida quando se trata da proclamação da República. Como as suas iniciativas de conspirador nunca foram desarmadas – embora nem tudo lhe tenha corrido bem. Como escreverá, a poucos meses do fim, dum “modo geral, o que nós increpávamos à Monarquia eram as suas ficções: o seu eleitorado sem eleitores; os seus parlamentos sem independência, os seus partidos sem programa [...]”¹⁸² E ao regime se refere como se já tivesse sido substituído. Tal era a sua convicção de que em breve isso sucederia.

Feita a República, as *Cartas Políticas* desapareceram e João Chagas abandona a redacção de panfletos.¹⁸³ A que só voltará parcialmente em 1915 –, e parcialmente porque os

textos de intervenção política então publicados têm alguma coisa do estilo directo; no entanto, são mais trabalhados e mais complexos do que o imediatismo que se obtinha e queria obter com panfletos.¹⁸⁴ Mesmo assim, esses escritos devem ter cumprido o seu papel de liquidação de Pimenta de Castro e de defesa da política de participação na Guerra. E por uns escassos tempos deixara a legação de Paris para do Porto difundir esses textos admiravelmente redigidos.

Porque era um demolidor – esse o seu principal papel em prol da eclosão da República – e um habilíssimo prosador. No seu caso uma coisa não se entende sem a outra. Que continuou a desempenhar um papel fundamental na política portuguesa, depois do 5 de Outubro, como ministro plenipotenciário em Paris de 1911 a 1923 (com interrupções em 1915 e 1918), Presidente do Conselho de Ministros (1911 e 1915) e membro da delegação portuguesa à Conferência de Paz (1919).

Chagas destacou-se como partidário acérrimo da intervenção portuguesa na Guerra (1914-1918), fazendo propaganda e insistindo para que o Governo Português cedo assumisse uma posição beligerante independente da Inglaterra.¹⁸⁵ Causa que bem se destaca no conjunto de textos que constam dos Documentos oficiais publicados e do escrito que postumamente viria a ser conhecido como o seu *Diário*. Da sua posição diplomática em Paris bem se esforçou por convencer o governo e as autoridades portuguesas das vantagens dessa iniciativa que entendia patriótica. Convencer os responsáveis políticos da vantagem de assim fazer foi empenho em que pôs todo o imenso vigor de que era capaz,

e arriscando a placidez que a sua posição de representante diplomático do País e da República lhe conferiam.¹⁸⁶ Chagas sabia arriscar e não temia fazê-lo. Pelo que depois anos passados se sentiria recompensado, ao ser nomeado como membro da delegação portuguesa à Conferência de Paz. A propaganda da entrada de Portugal na guerra ao lado da França e da Inglaterra foi o seu último grande combate público em prol do regime e de Portugal.

OBRAS DE JOÃO CHAGAS:

- 1890 - Guedes d'Oliveira, *Gazetilhas*, prefaciadas por João Chagas. Porto: Imprensa Moderna, 1890;
- 1894 - *Diario de um condemnado politico*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894;
- 1895 - Luciano Fataça, *A revolução de Cuba*. Prefácio de João Chagas. Rio de Janeiro: Tip. de Jeronimo Silva, 1895;
- 1897 - *De Bond. Alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897;
- 1897 - *O crime da sociedade*. Romance de palpitante actualidade illustrado com perto de 200 gravuras e chromos. Lisboa: Editores Libanio & Cunha, 1897;
- 1898 - *Na Brecha (Pamphletos) 1893-1894*. Lisboa: Agencia Universal de Publicações - Editora, 1898;
- 1900 - *Trabalhos forçados*. Lisboa: Administração da Folha do Povo, 1900. [Edição definitiva, Porto - Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, (1926-1927)];
- 1901 - João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*. Lisboa: Empreza Democrática de Portugal Editora, 1901;
- 1905 - *Bom-Humor*. Lisboa: Ferreira & Oliveira Limitada, Editores, 1905;
- 1905 - *Homens e Factos 1902-1904*. Coimbra: França Amado - Editor, 1905;
- 1906 - *As minbas razões*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1906;
- 1906 - *Posta-restante (Cartas a toda a gente)*. Lisboa: Livraria editora - Viuva Tavares Cardoso, 1906;
- 1906 - *Vida Litteraria (ideias e sensações)*. Coimbra: França Amado - Editor, 1906;
- 1907 - *João Franco. 1906-1907*. Lisboa: Proprietario-editor: J. Chagas, 1907;

- 1908 - 1908. *Subsídios críticos para a história da ditadura*. Lisboa: Editor: J. Chagas, 1908;
- 1908-1910 - *Cartas Políticas*. Lisboa: Editor & Proprietário João Chagas, 1ª série: 10 Dezembro 1908 a 19 Abril 1909; 2ª série: 26 Abril 1909 a 6 Setembro 1909; 3ª série: 13 Setembro 1909 a 24 Janeiro 1910; 4ª série: 31 Janeiro 1910 a 13 Junho 1910; 5ª série: 20 Junho 1910 a 25 Dezembro 1910;
- 1915 - *A última crise. Comentários á situação da Republica Portuguesa*. Porto: Editor João Chagas, 1915;
- 1915 - *Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma pagina da Historia Nacional*. Porto: Editor João Chagas, 1915;
- 1929 - *Diário de João Chagas*. Lisboa: Parceria de Antonio Maria Pereira, 1929; 2ª edição. Lisboa: Parceria de Antonio Maria Pereira, 1930-1932.

Traduções:

- Adolphe d'Ennery, *A Martyr*. Lisboa: F. A. Miranda e Sousa, s. / d. [1887?];
- Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris*. Porto Livraria Civilização, 1887;

BIBLIOGRAFIA

Documentos e testemunhos:

- Catálogo da magnífica livraria que pertenceu ao grande jornalista e Ilustre Diplomata Português João Chagas*. Organizado por José dos Santos. Prefácio de Luís Derouet. Lisboa: 1927;
- CHRISTO, Francisco, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão*. Lisboa: Empreza editora J. J. Nunes & C.^a, 1891;
- CORREIA, Pádua, *Pão Nosso*. Porto: Empreza Pão Nosso, 1910;
- Correspondência literária e política com João Chagas*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957-1958;
- LEITÃO, Arthur, “Duas palavras previas”, in *Um caso de loucura epiléptica*. Lisboa: Proprietário e Editor – Arthur Leitão, 1907;
- LIMA, Felizardo, *A Patria. Ao Povo Portuguez*. Porto: Typographia Portuense, 1891;
- LIMA, Magalhães, *Episódios da minha vida. Memórias documentadas*. Lisboa: Livraria Universal de Armando J. Tavares, (1927);
- MACHADO, Bernardino, “LXXIII [Homenagem a João Chagas]”, in *Obras. III Política I*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2011;
- MAGALHÃES, Albano de, *Discurso-crime pronunciado perante o Conselbo de Guerra a bordo do “Moçambique”, Março de 1891*. Porto: Typographia Occidental, 1891;
- MENESES, Bourbon e, *O Diário de João Chagas – A Obra e o Homem*. Lisboa: J. Rodrigues & CA. – Editores, 1930;
- MENEZES, João E. Sotto Maior Lencastre de, *Breve refutação ao livro do Sr. Bazilio Telles “Do Ultimatum ao 31 de Janeiro na parte relativa á revolta militar*. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1905;

- MESQUITA, Alfredo de, *João Chagas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1930;
- Negócios Externos. Documentos apresentados ao Congresso da República pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Portugal no conflito europeu. 1ª Parte até a declaração de guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920;
- OLAVO, Carlos, *Homens, Fantasmas e Bonecos*. Lisboa: Portugália Editora, (1950);
- PEREIRA-CALDAS, *Carta etymologica ao Distincto Jornalista Democrata João Chagas indefesso director politico do vigoroso diario portuense Republica Portuguesa*. Braga. Minerva Commercial, 1881;
- PIRES, J., *Aguilhões (Anotações às Cartas Politicas de João Chagas)*. Portalegre: Editora a Typographia Leonardo, 1909;
- Proclamação da Republica Portuguesa (Em 5 d'Outubro de 1910). Programma do Partido Republicano e Historia completa da Revolução*. (Lisboa, s. / e., s. / d.);
- QUEIRÓS, Eça de, *Notas contemporâneas*. Ed. Helena Cidade Moura, Lisboa: Livros do Brasil, s. / d.;
- Memórias políticas de José Relvas*, pref. João Medina, ed. Carlos Ferrão. Lisboa: Terra Livre, 1977;
- Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os conselhos de guerra e respectivas sentenças. Relatórios publicados pelo Commercio do Porto*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1891;
- SALGADO, Heliodoro *A insurreição de Janeiro. Historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionario do Porto*. Porto: Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, 1894;
- TELLES, Bazilio, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'istoria politica*. Porto: Bazilio Teles, 1905;
- SCHWALBACH, Eduardo, *À lareira do passado. Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, 1944;
- VALENÇA, Francisco, "João Chagas", in *Varões assinalados*, Lisboa, nº 24, anno 1º, Agosto de 1910.

História da República

- ABREU, Jorge d', *A revolução portuguesa. O 31 de Janeiro (Porto, 1891)*. Lisboa: Edição da Casa Alfredo David, 1912;
- ALMEIDA, Fialho d', *Os gatos. Publicação mensal, d'inquerito á vida portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1911.
- COELHO, Trindade, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*. 2ª ed. Porto: Typographia a vapor da Empresa Litteraria Typographica, 1908;
- CORTESÃO, Jaime, "Causas da eclosão e do malogro", in *1891. 31 de Janeiro*. Porto: Comissão das Comemorações, 1956;
- Eduardo Santos Silva Cidadão do Porto [1879-1960]*. Organização Gaspar Martins Pereira. Porto: Campo das Letras, 2002;
- [Ferrão, Carlos,] *História de República*. Lisboa: Editorial O Século, 1960;
- Godinho, Vitorino Magalhães, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962) Pátria e República*. Lisboa: Assembleia da República – Dom Quixote, 2005;
- Gomes, Ruy Luís, *A revolução republicana de 31 de Janeiro*. Porto: Edição do Autor, 1956;
- HOMEM, Amadeu Carvalho e Ramires, Alexandre, *Memorial Republicano*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2012;
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Editora Almedina, 2009;
- OLIVEIRA, Lopes d', *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*. Lisboa: Inquérito, 1947;
- NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva, 2006;
- RÊGO, Raul, *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1986;
- REYS, Luis da Câmara, *Cartas de Portugal (Para o Brasil) 1906-1907*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1907;
- REYS, Luis da Câmara, *Vida Política*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1912

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTAS

- ¹ Bernardino Machado “LXX [Homenagem a João Chagas]”, in *Obras. III Política I*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, p.536.
- ² João Chagas, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*. Coimbra: França Amado – Editor, 1906, p. 121.
- ³ Bernardino Machado, “LXXIII [Homenagem a João Chagas]”, in *Obras. III Política*, p. 536.
- ⁴ Alfredo de Mesquita, *João Chagas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1930, p. 65.
- ⁵ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*. Lisboa: Empresa Democrática de Portugal Editora, 1901, p. 36.
- ⁶ Eduardo Schwalbach, *À lareira do passado. Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, 1944, pp 120-121.
- ⁷ João Chagas, *Trabalhos forçados*. Edição definitiva, Porto – Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, (1926-1927), vol. III, p. 227, [1ª ed., Lisboa: Administração da Folha do Povo, 1900]: Lopes d’Oliveira considera “maravilhosa” esta obra, tendo dado ao panfletário “um renome literário de artista que não tem par no jornalismo português.” (Lopes d’Oliveira, *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*. Lisboa: Inquérito, 1947, p. 124).
- ⁸ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro. Historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionario do Porto*. Porto: Typ. da Empresa Litteraria e Typographica, 1894, p. 91.
- ⁹ Jorge d’Abreu, *A revolução portugueza. O 31 de Janeiro (Porto, 1891)*. Lisboa: Edição da Casa Alfredo David, 1912, p. 57.
- ¹⁰ Eduardo Schwalbach, *À lareira do passado. Memórias*, p. 120.
- ¹¹ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro. Historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionario do Porto*, pp. 94 e 111.

- ¹² Guedes d'Oliveira, *Gazetilbas*, prefaciadas por João Chagas. Porto: Imprensa Moderna, 1890, p. 16; Pereira-Caldas, *Carta etymologica ao Distincto Jornalista Democrata João Chagas indefesso director politico do vigoroso diario portuense Republica Portuguesa*. Braga. Minerva Commercial, 1891, pp. 9-10.
- ¹³ *Apud* Jorge d'Abreu, *A revolução portuguesa. O 31 de Janeiro (Porto, 1891)*, pp. 59-60; João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, p. 42.
- ¹⁴ João Chagas, *Trabalhos forçados*, vol. I, pp. 55-58.
- ¹⁵ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro. Historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionario do Porto*, pp. 111-112.
- ¹⁶ *Ibidem*, pp. 121 e 152.
- ¹⁷ *Ibidem*, p. 114,
- ¹⁸ *A Republica Portuguesa*, nº 144, 27 de Janeiro de 1891.
- ¹⁹ *Ibidem*, nº 147, 30 de Janeiro de 1891.
- ²⁰ Eduardo Schwabach, *À lareira do passado. Memórias*, p. 134.
- ²¹ Jorge d'Abreu, *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro (Porto, 1891)*, pp. 144-149. Não consegui apurar os números exactos: Chagas e Coelho não arriscam qualquer cifra; o mesmo faz Raúl Rêgo, *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1986, vol. I, pp. 192-195; Carlos Ferrão segue Jorge d'Abreu, (*História de República*. Lisboa: Editorial O Século, 1960, pp. 55-62).
- ²² João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, p. 217.
- ²³ João E. Sotto Maior Lencastre de Menezes, *Breve refutação ao livro do Sr. Bazilio Telles "Do Ultimatum ao 31 de Janeiro na parte relativa á revolta militar*. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1905.
- ²⁴ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, p. 128.
- ²⁵ *A Marselbeza*, nº 152, 30 de Janeiro de 1897.
- ²⁶ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, p. 111.
- ²⁷ Jaime Cortesão, "Causas da eclosão e do malogro", in *1891. 31 de Janeiro*. Porto: Comissão das Comemorações, 1956, p. 2.
- ²⁸ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, pp. 172-191; Francisco Christo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minba prisão*. Lisboa: Empreza editora J. J. Nunes & C.^a, 1891.

- ²⁹ Ruy Luís Gomes, *A revolução republicana de 31 de Janeiro*. Porto: Edição do Autor, 1956, pp. 38-40.
- ³⁰ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro. Historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionario do Porto*, pp. 129 e 132.
- ³¹ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, pp. 444-445.
- ³² *Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os conselhos de guerra e respectivas sentenças. Relatórios publicados pelo Commercio do Porto*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1891, p. 13.
- ³³ *Ibidem*, pp. 21, 24, 28, 31 e 37-38; Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 145.
- ³⁴ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, pp. 443.
- ³⁵ *Eduardo Santos Silva Cidadão do Porto [1879-1960]*. Organização Gaspar Martins Pereira. Porto: Campo das Letras, 2002, pp. 29-30; *Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os conselhos de guerra e respectivas sentenças. Relatórios publicados pelo Commercio do Porto*, pp. 79-80, 88-89, 140-141 e 148.
- ³⁶ *Ibidem*, p. 165.
- ³⁷ *Ibidem*, p. 205.
- ³⁸ *Ibidem*, p. 152.
- ³⁹ Felizardo Lima, *A Patria. Ao Povo Portuguez*. Porto: Typographia Portuense, 1891 (datado da cadeia da Relação, 30 de Junho de 1891).
- ⁴⁰ Albano de Magalhães, *Discurso-crime pronunciado perante o Conselho de Guerra a bordo do “Moçambique”, Março de 1891*. Porto: Typographia Occidental, 1891.
- ⁴¹ Francisco Christo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão*, p. 225.
- ⁴² *Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os conselhos de guerra e respectivas sentenças*, p. 460.
- ⁴³ *Ibidem*, p. 219.
- ⁴⁴ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro. Historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionario do Porto*, 146.
- ⁴⁵ Fialho d'Almeida, *Os gatos. Publicação mensal, d'inquerito á vida portugueza*. 2ª ed., Lisboa: Livraria Classica Editora, 1911, 4º vol, pp. 120 e 122.
- ⁴⁶ João Chagas, *Diario de um condemnado politico (1892-1893)*, p. 244.
- ⁴⁷ Idem, *Trabalhos forçados*, vol. II, pp. 131-132 e 162-163.
- ⁴⁸ Idem, *Diario de um condemnado politico (1892-1893)*, p. 2.

- ⁴⁹ Idem, *Trabalhos forçados*, vol. II, p. 225.
- ⁵⁰ Ibidem, vol. III, p. 41.
- ⁵¹ Ibidem, pp. 92, 154 e 190.
- ⁵² João Chagas, *Cartas Políticas*. Lisboa: Editor & Proprietário João Chagas, 5ª série, p. 173.
- ⁵³ João Chagas, *Diario de um condemnado politico (1892-1893)*, p. 88.
- ⁵⁴ Ibidem, pp. 12-13.
- ⁵⁵ Ibidem, pp. 92-93.
- ⁵⁶ Ibidem, pp. 23-24.
- ⁵⁷ *Diário de João Chagas*. 2ª edição. Lisboa: Parceria de Antonio Maria Pereira, 1930-1932.
- ⁵⁸ Poderia ser material aproveitável num livro em projecto intitulado *Causas e efeitos*. Vd. *Correspondência literária e política com João Chagas*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, vol. III, 1957-1958, p. 96.
- ⁵⁹ João Chagas, *Diario de um condemnado politico (1892-1893)*, pp. 102 e 129.
- ⁶⁰ João Chagas, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, p. 196.
- ⁶¹ Luis da Camara Reys, *Cartas de Portugal (Para o Brasil) 1906-1907*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1907, p. 12.
- ⁶² Idem, *Vida Política*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1912, p. 52.
- ⁶³ João Chagas, *O crime da sociedade*. Romance de palpitante actualidade illustrado com perto de 200 gravuras e chromos. Lisboa: Editores Libanio & Cunha, 1897.
- ⁶⁴ *Catálogo da magnífica livraria que pertenceu ao grande jornalista e Ilustre Diplomata Português João Chagas*. Organizado por José dos Santos. Prefácio de Luís Derouet. Lisboa; 1927, p. V. O espólio leiloado é sobretudo constituído por obras estrangeiras sobre Portugal – ou traduções de autores portugueses.
- ⁶⁵ João Chagas, *De Bond. Alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897.
- ⁶⁶ Expressão de Manoel Maria Coelho, *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. I, p. 50.
- ⁶⁷ João Chagas, *Trabalhos forçados*, vol. III, pp. 54-55.
- ⁶⁸ Designação jocosa retirada da muito aplaudida opereta da autoria de D. João da Câmara e Gervásio Lobato, com música de Cyriaco de Cardoso.
- ⁶⁹ *A Marselbeza*, nº 138, 13 de Janeiro de 1897.
- ⁷⁰ Lopes d'Oliveira, *História a República Portuguesa. A propaganda na monarquia constitucional*. p. 254.

- ⁷¹ *A Marselbeza*, nº 169, 19 de Fevereiro de 1897; *Ibidem*, nº 175, de 26 de Fevereiro de 1897.
- ⁷² João Chagas, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, p. 155; Idem, *Homens e factos*, p. 192.
- ⁷³ Lopes d'Oliveira, *História a República Portuguesa. A propaganda na monarquia constitucional*, p. 180.
- ⁷⁴ *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. I, p. 86; João Chagas, *Homens e Factos 1902-1904*. Coimbra: França Amado – Editor, 1905, p. 355; Lopes d'Oliveira, *História da República Portuguesa. A propaganda na monarquia constitucional*, p. 174.
- ⁷⁵ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, p. II.
- ⁷⁶ *Ibidem*, pp. 149-153.
- ⁷⁷ Idem, *Vida Litteraria: ideias e sensações*. Coimbra: França Amado – Editor, 1906.
- ⁷⁸ Luis da Camara Reys, *Cartas de Portugal (Para o Brasil) 1906-1907*, p. 7.
- ⁷⁹ João Chagas, *Homens e factos*, p. 133.
- ⁸⁰ Luis da Camara Reys, *Vida Política*, p. 52.
- ⁸¹ João Chagas, *Posta restante (Cartas a toda a gente)*, pp. 167-168.
- ⁸² Idem, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, p. 9.
- ⁸³ Alfredo de Mesquita, *João Chagas*, p. 13.
- ⁸⁴ João Chagas, *As minbas razões*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1906, p. 94; Idem, *Homens e factos*, p. 6; Idem, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, pp. 159-167.
- ⁸⁵ Idem, 1908. *Subsidios criticos para a historia da dictadura*. Lisboa: Editor: J. Chagas, 1908, p. 109.
- ⁸⁶ João Chagas, *Cartas Politicas*, 1ª série, pp. 241-254.
- ⁸⁷ Luis da Camara Reys, *Cartas de Portugal (Para o Brasil) 1906-1907*, p. 8.
- ⁸⁸ João Chagas, *As minbas razões*, pp. 28-33.
- ⁸⁹ Idem, *Homens e factos*, pp. 355-359.
- ⁹⁰ Idem, *Trabalhos forçados*, vol. III, p. 266 n..
- ⁹¹ *Catálogo da magnífica livraria que pertenceu ao grande jornalista e Ilustre Diplomata Português João Chagas*. Victor Hugo, *Nossa Senhora de Paris*. Porto Livraria Civilização, 1887; Adolphe d'Ennery, *A Martyr*. Lisboa: F. A. Miranda e Sousa, s. / d..
- ⁹² Magalhães Lima, *Episodios da minba vida. Memorias documentadas*, Lisboa: Livraria Universal de Armando J. Tavares, (1927), vol. I, p. 202.

- ⁹³ João Chagas, *Homens e factos*. Coimbra: França Amado – Editor, 1905, p. 36.
- ⁹⁴ Idem, *Posta-restante (Cartas a toda a gente)*. Lisboa: Livraria editora – Viuva Tavares Cardoso, 1906; Idem, *As minbas razões*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1906; Idem, *João Franco. 1906-1907*. Lisboa: Proprietario-editor: J. Chagas, 1907; Idem, *1908. Subsídios críticos para a historia da dictadura*. Lisboa: Editor: J. Chagas, 1908.
- ⁹⁵ Idem, *João Franco 1906-1907*, prefácio.
- ⁹⁶ Ibidem, pp. 22-23.
- ⁹⁷ Ibidem, pp. 55-56.
- ⁹⁸ Ibidem, p. 207.
- ⁹⁹ Sobre cartas e epistolografia, vd. Andrée Crabbé Rocha, *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965, pp. 13- 36 e 419-438: não inclui porém João Chagas, uma vez que apenas interessavam os autores literários.
- ¹⁰⁰ João Chagas, *Cartas Políticas*. Lisboa: Editor & Proprietário João Chagas, 1ª série: 10 Dezembro 1908 a 19 Abril 1909; 2ª série: 26 Abril 1909 a 6 Setembro 1909; 3ª série: 13 Setembro 1909 a 24 Janeiro 1910; 4ª série: 31 Janeiro 1910 a 13 Junho 1910; 5ª série: 20 Junho 1910 a 25 Dezembro 1910.
- ¹⁰¹ Idem, *1908. Subsídios críticos para a historia da dictadura*, Prefacio, n/n.
- ¹⁰² Ibidem, pp. 89 e 91.
- ¹⁰³ *Na Brecha (Pamphletos) 1893-1894*, p, p. 8.
- ¹⁰⁴ *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. I, pp. 86-87.
- ¹⁰⁵ João Chagas, *Diario de um condemnado politico (1892-1893)*, p. 195.
- ¹⁰⁶ In *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: 10 de Fevereiro de 1908. In Amadeu Carvalho Homem e Alexandre Ramires, *Memorial Republicano*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2012, p. 200.
- ¹⁰⁷ *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. I, 1957, p. 175; Lopes d'Oliveira, *História da República Portuguesa. A propaganda na monarquia constitucional*, p. 254.
- ¹⁰⁸ Ibidem, pp. 427-431.
- ¹⁰⁹ João Chagas, *1908. Subsídios críticos para a historia da dictadura*, p. 216.
- ¹¹⁰ Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos*. Lisboa: Portugália Editora, (1950), pp. 17-18.
- ¹¹¹ Ibidem, pp. 35-39.
- ¹¹² João Chagas, *Vida Litteraria: ideas e sensações*, p. 157.
- ¹¹³ Idem, *Na Brecha (Pamphletos) 1893-1894*. Lisboa: Agencia Universal de Publicações – Editora, 1898, p. VI.
- ¹¹⁴ Ibidem, pp. 2-3.

- ¹¹⁵ Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, p. 44.
- ¹¹⁶ Luís da Câmara Reys, *Vida Política*, p. 52.
- ¹¹⁷ Bourbon e Meneses, *O Diário de João Chagas – A Obra e o Homem*. Lisboa: J. Rodrigues & CA. – Editores, 1930, p. 34.
- ¹¹⁸ J. Pires, *Aguilhões (Anotações às Cartas Políticas de João Chagas)*. Portalegre: Editora a Typographia Leonardo, 1909, p. 6.
- ¹¹⁹ João Chagas, *Cartas Políticas*. 2ª série, p. 19.
- ¹²⁰ Idem, 1908. *Subsídios críticos para a historia da dictadura*, p. 259.
- ¹²¹ Idem, *Na Brecha (Pamphletos) 1893-1894*, pp. VII-VIII.
- ¹²² Luis da Camara Reys, *Cartas de Portugal (Para o Brasil) 1906-1907*, pp. 11-12.
- ¹²³ Arthur Leitão, “Duas palavras previas”, in *Um caso de loucura epiléptica*. Lisboa: Proprietário e Editor – Arthur Leitão, 1907.
- ¹²⁴ João Chagas, *João Franco 1906-1907*, pp. 29, 79, 127 e 139.
- ¹²⁵ Idem, *Cartas Políticas*, 1ª série, pp. 113-128.
- ¹²⁶ Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, p. 49.
- ¹²⁷ João Chagas, *Cartas Políticas*, 1ª série, p. 11.
- ¹²⁸ Ibidem, pp. 205 e 207.
- ¹²⁹ Ibidem, p. 52; 2ª Série, p. 139.
- ¹³⁰ Ibidem, 1ª série, p. 61-62.
- ¹³¹ Ibidem, 1ª série, p. 188.
- ¹³² Ibidem, 3ª série, pp. 181-182 e 183-184.
- ¹³³ Ibidem, 1ª série, pp. 271-272.
- ¹³⁴ Ibidem, 3ª série, pp. 225-238.
- ¹³⁵ Ibidem, 3ª série, p. 47.
- ¹³⁶ Ibidem, p. 221.
- ¹³⁷ Ibidem, pp. 210-211.
- ¹³⁸ Ibidem, p. 214.
- ¹³⁹ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, pp. 154-163; *Proclamação da Republica Portuguesa (Em 5 d’Outubro de 1910). Programma do Partido Republicano e Historia completa da Revolução*. (Lisboa, s. / e., s. / d.).
- ¹⁴⁰ João Chagas, *Cartas Políticas*, 1ª série, p. 98.
- ¹⁴¹ Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República!* Coimbra: Editora Almedina, 2009.
- ¹⁴² João Chagas, *Cartas Políticas*, 1ª série, pp. 291-292.

- ¹⁴³ Ibidem, 1ª série, pp. 103 e 209.
- ¹⁴⁴ Ibidem, 5ª série, pp. 86-92.
- ¹⁴⁵ Ibidem, 2ª série, p. 107.
- ¹⁴⁶ *Apud* João Chagas, *Cartas Políticas*, 5ª Série, p. 48.
- ¹⁴⁷ José Relvas, *Memórias políticas*, vol. I, pp. 59-60.
- ¹⁴⁸ João Chagas, *Cartas Políticas*, 2ª série, p. 169.
- ¹⁴⁹ Ibidem, 2ª série, p. 147-148.
- ¹⁵⁰ Trindade Coelho, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*. 2ª ed., Porto: Typographia a vapor da Empresa Litteraria Typographica, 1908, pp. 314-326.
- ¹⁵¹ João Chagas, *Cartas Políticas*, 2ª série, pp. 225-240.
- ¹⁵² Ibidem, 4ª Série, pp. 65-66.
- ¹⁵³ Ibidem, 3ª Série, pp. 257-264.
- ¹⁵⁴ Ibidem, 3ª Série, p. 295.
- ¹⁵⁵ Ibidem, 3ª, p. 302.
- ¹⁵⁶ Ibidem, 4ª Série, pp. 3 e 8-9.
- ¹⁵⁷ Ibidem, 5ª Série, p. 77.
- ¹⁵⁸ Ibidem, 4ª série, pp. 103-111 e 162.
- ¹⁵⁹ Ibidem, 4ª série, p. 185.
- ¹⁶⁰ Ibidem, 4ª série, pp. 214, 233-234 e 262.
- ¹⁶¹ Ibidem, 5ª série, p. 61.
- ¹⁶² Ibidem. 5ª série, pp. 76-77.
- ¹⁶³ Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, pp. 1-43.
- ¹⁶⁴ João Chagas, *Cartas Políticas*. 5ª série, pp. 210-212 e 217.
- ¹⁶⁵ Ibidem, 1ª série, pp. 145-160.
- ¹⁶⁶ João Chagas, in Francisco Valença, *Varões assinalados*. Lisboa: nº 24, anno 1º, Agosto de 1910.
- ¹⁶⁷ Idem, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, p. 186; Idem, *Cartas Políticas*, 1ª série, pp. 21-22.
- ¹⁶⁸ João Chagas, *Vida Litteraria (ideias e sensações)*, pp. 207-222; Alfredo de Mesquita, *João Chagas*, p. 16.
- ¹⁶⁹ Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, pp. 45-46.
- ¹⁷⁰ Eça de Queirós, *Notas contemporâneas*. Ed. Helena Cidade Moura, Lisboa: Livros do Brasil, s. / d., p. 22-23.
- ¹⁷¹ Luis da Camara Reys, *Vida Política*, p. 52.

- ¹⁷² João Chagas, *Cartas Políticas*, 3ª série, p. 47.
- ¹⁷³ *Ibidem*, 4ª série, pp. 82-83.
- ¹⁷⁴ *Idem*, 1908. *Subsidios criticos para a historia da dictadura*, p. 211.
- ¹⁷⁵ *Idem*, *Homens e factos*, pp. 8-9.
- ¹⁷⁶ *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. I, p. 131.
- ¹⁷⁷ Carlos Olavo, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, p. 20.
- ¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 33.
- ¹⁷⁹ J. Pires, *Aguilhões (Anotações às Cartas Políticas de João Chagas)*.
- ¹⁸⁰ Padua Correia, *Pão Nosso*. Porto: Empresa Pão Nosso, nº 1, 19 de Abril de 1910, pp. 2-3.
- ¹⁸¹ Bourbon e Meneses, *O Diário de João Chagas – A Obra e o Homem*, p. 83.
- ¹⁸² *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. III, p. 110.
- ¹⁸³ Bourbon e Meneses, *O Diário de João Chagas – A Obra e o Homem*, p. 45.
- ¹⁸⁴ João Chagas, *Portugal perante a Guerra. Subsidios para uma pagina da Historia Nacional*. Porto: Editor João Chagas, 1915; *Idem*, *A ultima crise. Comentários á situação da Republica Portuguesa*. Porto: Editor João Chagas, 1915.
- ¹⁸⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinbo (1878-1962) Pátria e República*. Lisboa: Assembleia da República – Dom Quixote, 2005, pp. 117-151; Noémia Malva Novais, *João Chagas. A diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva, 2006.
- ¹⁸⁶ *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.

(Página deixada propositadamente em branco)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

2014

